



ACADEMIA MILITAR

**O DESPORTO DE COMPETIÇÃO NA GUARDA
NACIONAL REPUBLICANA**

Autor: Aspirante GNR INF Bruno Rafael Mendes Marques

Orientador: Professor Doutor Abel Aurélio Abreu de Figueiredo

Co-Orientador: Capitão de GNR INF Ricardo Alexandre Vaz Alves

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012**



ACADEMIA MILITAR

**O DESPORTO DE COMPETIÇÃO NA GUARDA
NACIONAL REPUBLICANA**

Autor: Aspirante GNR INF Bruno Rafael Mendes Marques

Orientador: Professor Doutor Abel Aurélio Abreu de Figueiredo

Co-Orientador: Capitão de GNR INF Ricardo Alexandre Vaz Alves

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012**

Dedicatória

À minha família, por contribuírem
para que hoje eu seja uma pessoa realizada.

Agradecimentos

Este trabalho é, também, o resultado do contributo de várias pessoas, às quais não quero deixar passar despercebido o meu reconhecimento. Como tal, desejo expressar o meu agradecimento:

Ao Capitão Ricardo Vaz Alves, como co-orientador, pela sua preciosa ajuda e apoio desde o primeiro dia da realização deste trabalho, pois sem ele o resultado final não seria possível.

Ao Professor Abel Figueiredo como orientador não só deste trabalho mas também da minha vida enquanto formador e tutor de valores humanos intrínsecos ao Karaté.

A todos os atletas de competição por se disporem a responder a um questionário.

Aos militares da equipa APG/GNR Porto Futsal, ao Guarda Barros e ao Cabo Ramos, que cooperaram na realização deste trabalho através dos seus testemunhos.

Aos cadetes e aspirantes da Gendarmerie Nationale francesa e aos oficiais da Arma dei Carabinieri italiana pelas suas colaborações, ao facultar informação sobre as suas forças no âmbito do desporto de competição.

Ao meu pai pela colaboração na revisão do trabalho.

À minha namorada pela colaboração no inglês e na revisão do trabalho.

A todo o XVII curso de oficiais da GNR, incluindo aqueles que infelizmente nos foram deixando, pelo apoio e bons momentos passados nos últimos cinco anos.

Ao camarada e amigo Pedro Joel Delgado pela pessoa que foi e que, por isso, permanecerá para sempre em espírito nos corações do XVII pela falta que nos faz sentir.

Em especial aos meus pais e irmãos que me deram apoio e compreensão incondicional ao longo dos cinco anos de curso, dando-me forças desde o início para superar dificuldades com que por vezes me deparei.

A todos eles, um profundo e sentido Obrigado!

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema “*Desporto de Competição na GNR*”

O **desporto de competição** há muito constitui um forte pilar das sociedades, unindo multidões com o mesmo propósito, apoiar a sua equipa de eleição, ou, mais importante ainda, a sua nação.

Sendo a atividade física uma componente intrínseca à missão dos militares e agentes de segurança na Guarda Nacional Republicana, o desporto está presente na maioria do seu efetivo e, nessa representatividade de desportistas, são encontrados muitos **militares** que são **atletas** de competição.

Indo de encontro a esta realidade, este trabalho tem como objetivo perceber quais as condições existentes na GNR para apoiar estes militares atletas de competição na preparação, seja a nível de protocolos, a nível de compensações pelos seus resultados ou a nível das infraestruturas que a GNR possui para assistir na preparação dos atletas.

Para atingir estes objetivos foram estudados conceitos inerentes ao desporto de competição, bem como as estruturas que o suportam. Foi também estudada a estrutura existente na Guarda, através de alguns documentos institucionais deste âmbito e alguns exemplos práticos atuais. Por fim, foi estudado como é estruturado o desporto de competição noutras forças do tipo gendarmerie.

Numa segunda fase mais prática do trabalho, foram aplicados métodos (questionários e entrevistas) a estes militares atletas, permitindo saber a opinião dos mesmos quanto à realidade existente na Guarda neste momento e, dessa forma, chegar à conclusão de que a estrutura de apoio ao desporto de competição na GNR é muito diminuta, uma vez que estes militares sentem grandes dificuldades quanto a tempo para treinar, disponibilidade para se deslocarem às competições, ajuste do tipo de serviço adequado à prática de desporto de competição e falta de infraestruturas para treinarem.

Palavras-chave: GNR; desporto; competição; militares; atletas.

Abstract

The present *Work of Applied Research* is subject to the theme “*Competitive Sports in GNR*”.

Competitive sports have long posed a strong pillar of societies, bonding crowds with a similar purpose, to support their election team or, even more important, their nation.

Being the physical activity an intrinsic component to the mission of the military and security officers in *Guarda Nacional Republicana*, sports is present in most of its effective and there are many military who are competitive athletes.

Meeting this reality, this work aims to understand which conditions exist in *GNR* to support these **military competitive athletes** in the preparation regarding protocol, compensations for their results or infrastructures that *GNR* possesses to assist the preparation of the athletes.

To achieve these goals the concepts inherent to competitive sports as well as the structures which support it have been studied. It has also been studied the existing structure in *Guarda* through some institutional documents of this scope and some current practical examples. At last it has been studied how competitive sports in other forces of the type gendarmerie is structured.

In a second more practical stage of the work were applied methods (questionnaires and interviews) to these military athletes which permitting to know their opinion regarding the existing reality in *Guarda* at the moment and therefore to conclude that the support structure of the competitive sports in *GNR* is very small since the military feel great difficulties towards the time to practice, time to dislocate to competitions, adjustment of the type of service adequate to the practice of competitive sports and lack of infrastructures to practice.

Key words: GNR; competition; sports; military; athletes.

Índice geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de figuras.....	ix
Índice de quadros.....	x
Índice de tabelas.....	xi
Lista de Apêndices e Anexos.....	xiii
Lista de Siglas e Acrónimos	xiv
Lista de Abreviaturas	xvi
Epígrafe.....	xvii
Capítulo 1 Introdução Geral	1
1.1 Introdução	1
1.2 Enquadramento da Investigação	1
1.3 Importância e Justificação do Tema	2
1.4 Pergunta de Partida	2
1.5 Perguntas Derivadas	3
1.6 Definição dos objetivos.....	3
1.7 Hipóteses de Estudo.....	4
1.8 Metodologia	5
1.9 Enunciado da Estrutura do Trabalho	6
Parte I - Revisão da Literatura.....	7
Capítulo 2 O Desporto de Competição	7
2.1. Introdução à Parte I.....	7
2.2. O Desporto de Competição	7
2.2.1. Estatuto de Atleta de Alta Competição	9

2.3. A Organização do Desporto de Competição no Mundo	9
2.3.1. Desportos Olímpicos.....	9
2.3.2. SportAccord.....	11
2.3.3. CISM – Conselho Internacional do Desporto Militar.....	12
2.4. Leis Reguladoras do Desporto em Portugal.....	13
Capítulo 3 O Desporto de Competição na GNR	15
3.1. A GNR e o Desporto.....	15
3.2. Concessão de Licença por Mérito	16
3.3. Os Atletas na Escola da Guarda	17
3.4. Equipa de Futsal	18
Capítulo 4 O Desporto de Competição noutras Forças do tipo Gendarmerie	19
4.1. Desporto na Gendarmerie Nationale Francesa	19
4.2. Desporto na Arma dei Carabinieri Italiana	20
4.3. Síntese da Parte I	21
Parte II - Trabalho de Campo	22
Capítulo 5 Metodologia da Parte Prática	22
5.1. Introdução	22
5.2. População em Análise e Definição da Amostra	22
5.3. Métodos Aplicados	23
5.4. Inquéritos por Questionário.....	23
5.4.1. Estrutura do Questionário.....	24
5.5. Entrevistas	25
5.6. Meios Utilizados.....	25
5.7. Síntese do Capítulo	26
Capítulo 6 Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	27
6.1. Introdução	27
6.2. Apresentação, Análise e Discussão dos Inquéritos por Questionário.....	27
6.2.1. Caracterização da Amostra.....	27
6.2.2. Análise dos Resultados do Inquérito	29
6.3. Análise das Entrevistas	46

6.4. Síntese do Capítulo	51
Capítulo 7 Conclusões.....	52
7.1. Introdução	52
7.2. Verificação das Hipóteses	52
7.3. Reflexões Finais	54
7.4. Modelo Final	55
Referências Bibliográficas	56
Apêndices	58
Apêndice A Organizações Desportivas Internacionais	59
Apêndice B Restantes dados dos questionários e entrevistas.....	63
Anexos	66
Anexo A Diretiva n.º 13/2011/CDF.....	67
Anexo B Proposta n.º16/99 GNR (Resumo)	71
Anexo C Acordo Quadro de 8 de abril de 2003 (França)	73
Anexo D Resposta por <i>e-mail</i> dos oficiais Carabinieri.....	76

Índice de figuras

Figura n.º 1- Géneros	27
Figura n.º 2- Faixas etárias	27
Figura n.º 3- Posto	27
Figura n.º 4- Militares que já representaram a GNR em competições	30

Índice de quadros

Quadro n.º 1- Análise da pergunta n.º 1	46
Quadro n.º 2- Análise da pergunta n.º 2	47
Quadro n.º 3- Análise da pergunta n.º 3	48
Quadro n.º 4 - Análise da pergunta n.º 4	49
Quadro n.º 5 - Análise da pergunta n.º 5	49
Quadro n.º 6 - Análise da pergunta n.º 6	50
Quadro n.º 7 - Análise da pergunta n.º 7	65

Índice de tabelas

Tabela n.º 1- Unidade	28
Tabela n.º 2- Desportos praticados	29
Tabela n.º 3- Por desportos militares que já representaram a GNR	30
Tabela n.º 4 - Treinos por semana	30
Tabela n.º 5- Horas de treino/dia	31
Tabela n.º 6 - Horas concedidas diariamente para treinar.....	31
Tabela n.º 7- Por desportos militares a que a GNR já concedeu horas para treinar	32
Tabela n.º 8 - Por unidades militares a quem a GNR já concedeu horas para treinar	32
Tabela n.º 9 - Períodos utilizados para treinar.....	33
Tabela n.º 10 - Por desportos os atletas que treinam no período 09h-17h.....	33
Tabela n.º 11 - Por unidades os atletas a que treinam no período 09h-17h	33
Tabela n.º 12- Infraestruturas desportivas de propriedade da GNR utilizadas	34
Tabela n.º 13 - Problemas apontados relativamente às infraestruturas da GNR	35
Tabela n.º 14 - Infraestruturas desportivas de propriedade pública utilizadas.....	35
Tabela n.º 15 - Infraestruturas desportivas de propriedade privada utilizadas.....	36
Tabela n.º 16 - Infraestruturas desportivas que os militares gostariam de ter utilizado	37
Tabela n.º 17- Militares com condições especiais na utilização de infraestruturas desportivas.....	37
Tabela n.º 18 - Militares que já utilizaram um Centro de Estágio.....	38
Tabela n.º 19 - Principais dificuldades quanto ao uso de Centro de Estágios.....	38
Tabela n.º 20 - Dificuldades encontradas como atleta enquanto militar da GNR	39
Tabela n.º 21 - Participações em Jogos Olímpicos.....	40
Tabela n.º 22 - Participações em Campeonatos do Mundo Cívico.....	41
Tabela n.º 23 - Participações em Jogos Mundiais Militares	42
Tabela n.º 24 - Participações em Campeonatos da Europa Cívico.....	43

Tabela n.º 25 - Participações em Jogos Europeus Militares	43
Tabela n.º 26 - Participações em Campeonatos Nacionais Cívicos	44
Tabela n.º 27 - Participações em Campeonatos Nacionais Militares	45
Tabela n.º 28 - Modalidades/Disciplinas	63
Tabela n.º 29 - Centros de Estágio utilizados.....	64
Tabela n.º 30 - Participações em Campeonatos Regionais/Distritais	64

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices:

Apêndice A – Organizações Desportivas Internacionais

Apêndice B – Restantes dados dos questionários e entrevistas

Anexos:

Anexo A - Diretiva n.º 13/2011/CDF

Anexo B – Proposta n.º 16/99 GNR (Resumo)

Anexo C – Acordo Quadro de 8 de abril de 2003 (França)

Anexo D – Resposto por *e-mail* dos oficiais Carabinieri

Lista de Siglas e Acrónimos

AIFA	Associação Internacional de Federações de Atletismo
AIOWSF	Association of International Olympic Winter Sports Federations
AM	Academia Militar
APG	Associação de Profissionais da Guarda
ARISF	Association of IOC Recognized International Sports Federations
ASOIF	Association of Summer Olympic International Federations
CCE	Concurso completo de equitação
CFD	Comando de Doutrina e Formação
CG	Comando Geral
CISM	Conseil International du Sport Militaire
CMEFD	Centro Militar de Educação Física e Desportos
COI	Comité Olímpico Internacional
CONI	Comitato Olimpico Nazionale Italiano
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comandos Territoriais
EF	Educação Física
EG	Escola da Guarda
FA	Forças Armadas
FPA	Federação Portuguesa de Atletismo
GBGM	Groupement Blindé de la Gendarmerie Mobile
GNR	Guarda Nacional Republicana
JO	Jogos Olímpicos
LBAFD	Lei de Bases da Atividade Física e Desporto
LBD	Lei de Bases do Desporto
ONU	Organização das Nações Unidas
RDGNR	Regulamento de Disciplina da GNR
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SPSS	Statistical Package for the Social Science

TGCG	Tenente General Comandante Geral
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UI	Unidade de Intervenção
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado

Lista de Abreviaturas

al.	Alinha
art.º	Artigo
class.	Classificado
DL	Decreto-Lei
E	Entrevistado
e-mail	Electronic mail
H	Hipótese
INF	Infantaria
n.º	Número
p.	Página
P	Pergunta
Pd	Pergunta derivada

Epígrafe

“O desporto é o único meio de conservar no homem as qualidades do homem primitivo.”

Jean Giraudoux

Capítulo 1

Introdução Geral

1.1 Introdução

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge como a parte final dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), no curso de mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, tendo como objetivo fomentar as capacidades de investigação académica.

Este estudo deve recair nas áreas às quais a Guarda Nacional Republicana (GNR) está inserida, sendo elas as áreas da Segurança e Defesa, de forma a dar um contributo ao conhecimento, evolução e valorização da instituição.

No seguimento deste desafio, emerge o presente trabalho com o tema “O Desporto de Competição na Guarda Nacional Republicana”, com a cooperação dos especialistas na área do desporto: Professor Doutor Abel Aurélio Abreu Figueiredo e Capitão da GNR Ricardo Alexandre Vaz Alves.

O presente capítulo apresenta o trabalho, enquadrando introdutoriamente a investigação, enaltecendo a importância e justificação da escolha do tema, enunciando a pergunta de partida e perguntas derivadas, definindo os objetivos, lançando as hipóteses, descrevendo a metodologia, bem como a sua estrutura.

1.2 Enquadramento da Investigação

Desde o início da sua existência, a GNR provou ter militares capazes de elevar o nome da sua instituição com a respetiva participação em competições desportivas. Um exemplo emblemático é a conquista portuguesa da sua primeira medalha olímpica (bronze), feito conseguido por um militar da GNR na modalidade de hipismo, nos Jogos Olímpicos de Paris em 1924. Mais exemplos foram gravados ao longo da existência da Guarda salientando, entre outros dos mais atuais, o título de campeões no Campeonato do

Mundo de Futsal para forças de segurança e os de campeão europeu e campeão do mundo de canoagem.

Perante o quadro de exigência na preparação dos atletas para a competição de alto rendimento pretende-se estudar se, na opinião dos atletas, existem condições para a prática de desporto de competição enquanto militares da GNR.

1.3 Importância e Justificação do Tema

É sabido que neste momento existe um abundante número de militares que praticam desporto com regularidade e que muitos desses chegam a participar em competições, inclusive competições internacionais, incluindo os Jogos Olímpicos.

A visibilidade desportiva conseguida nesses momentos é sempre enorme, engrandecendo assim as instituições a que o atleta pertence, o que é positivo para uma instituição como a GNR, demonstrando o perfil de entrega a causas que encerram uma vida disciplinada, física e mentalmente ativa e, numa relação vinculativamente forte entre as finalidades de Defesa e Segurança, intrínsecas à GNR, com a participação coerente na comunidade civil extrínseca, onde os militares se entregam.

Pretende-se, assim, investigar se os atletas militares da GNR se sentem incentivados institucionalmente para essa participação, tendo em conta a sua opinião quanto (1) à existência de protocolos que facilitem os treinos e participação em competições, como a adaptação entre o horário de trabalho e os treinos necessários, (2) a disponibilização de instalações e material, bem como (3) as compensações pelos resultados obtidos.

Será também estudado até que ponto é justificável a criação de equipas da GNR nos campeonatos civis, de forma a engrandecer a projeção da própria instituição.

1.4 Pergunta de Partida

Com o intuito de melhor orientar o estudo das condições a que os militares da GNR praticantes de desporto competitivo estão sujeitos, foi escolhida a seguinte pergunta de partida para esta investigação: **“Qual a opinião dos atletas relativamente às condições para a prática de desporto de competição enquanto militares da GNR?”**

1.5 Perguntas Derivadas

Para melhor chegar ao objetivo final - a pergunta de partida, foram traçados objetivos intermédios de forma a construir a base de estudo para fundamentar a investigação em causa. Para isso foram colocadas perguntas derivadas:

Pd1 - Há diferenças no tipo de estruturas de apoio aos atletas de competição entre a GNR e forças congéneres de países latinos?

Pd2 – Há diferentes níveis de representatividade dos militares da GNR em diferentes desportos de competição?

Pd3 – Há diferentes níveis de apoio para os militares praticantes de desporto de competição em diferentes tipos de unidades?

Pd4 – Há vários níveis de utilização de diferentes tipos de infraestruturas desportivas e vários graus de adequabilidade sentidos pelos militares da GNR?

Pd5 – Há diferentes participações dos militares da GNR nas competições militares relativamente às competições civis?

1.6 Definição dos objetivos

Com o desenvolver deste TIA, pretende-se interpretar a representação do quadro institucional de referência da GNR para o Desporto de Competição numa primeira dimensão.

Num quadro mais específico, pretende-se analisar quais são as modalidades mais praticadas presentemente pelos militares a nível de competição e levantar as seguintes questões: (1) se estes sentem que existem facilidades para desenvolverem estas práticas; (2) se os protocolos e infraestruturas existentes dentro da instituição são, na sua opinião, ajustados para os apoiar; e (3) se a GNR é representada de forma a beneficiar a sua imagem.

Desta forma, pretende-se aprofundar questões como (1) quais os desportos mais representados; (2) quais as competições de relevo em que já participaram e (3) quais as classificações de relevo obtidas; (4) qual a importância da prática do treino físico para um militar da GNR e (5) como poderá ser importante para a GNR ter atletas com condições de a representar em competições nacionais e internacionais. Evidenciou-se também pertinente

avaliar (6) quais as condições que um militar nessa situação encontra no seu dia a dia, estando no “terreno” a executar a sua missão enquanto militar da GNR.

Por último, é objetivo analisar de forma exploratória os mecanismos, em matéria legal e orgânica na GNR (diretivas, regulamentos, NEP’s, etc.), que permitam desenvolver e sustentar vários dos tipos de protocolos direcionados para este tipo de casos, como o ajuste dos seus horários de trabalho para permitir horas diárias de treino adequadas, protocolos com instituições públicas e privadas para o uso de recintos desportivos, assim como os meios financeiros que sustentem os gastos inerentes à prática de desporto de competição.

1.7 Hipóteses de Estudo

Face aos objetivos propostos, uma vez criada a pergunta de partida desta investigação, bem como as perguntas derivadas, e tendo em conta que o estudo é fundamentalmente exploratório, formulam-se as seguintes hipóteses exploratórias:

H1 - Há diferenças no tipo de estruturas de apoio aos atletas de competição entre a GNR e forças congéneres de países latinos;

H2 – Há diferentes níveis de representatividade dos militares da GNR em diferentes desportos de competição;

H3 – Há diferentes níveis de apoio para os militares praticantes de desporto de competição em diferentes tipos de unidades;

H4 – Há vários níveis de utilização de diferentes tipos de infraestruturas desportivas e vários graus de adequabilidade sentidos pelos militares da GNR;

H5 – Há diferentes participações dos militares da GNR nas competições militares relativamente às competições civis.

As hipóteses exploratórias referenciam-se a um conjunto de **variáveis empíricas** identificadas para o estudo, sendo as seguintes:

Forças Congéneres: Carabinieri e Gendarmerie Nationale;

Tipo de estruturas de apoio: Centros de Alto Rendimento Militares; Equipas Desportivas Militares de Alto Rendimento;

Níveis de Representatividade: Percentagem de Competidores Militares;

Desportos de Competição: Modalidades Desportivas;

Tipos de infraestruturas desportivas: Campo de Futebol, Carreira de Tiro, Dojo, Pista Corta Mato, Ginásio, Pavilhão Gimnodesportivo, Percursos Naturais, Picadeiro, Piscina, Pista Tartan e Rios/Canais/Mar;

Propriedade das infraestruturas desportivas: De propriedade da GNR, de propriedade pública ou de propriedade privada;

Níveis de utilização: Percentagem de Atletas Militares;

Grau de adequabilidade: condições de existência, prioridade em relação aos demais utilizadores; horários; preços; acessibilidade;

Participações: Percentagem de Competidores Militares.

1.8 Metodologia

O processo de investigação deste TIA debruçou-se em duas partes fundamentais: o estudo do estado da arte, mais teórico, e a análise da amostra seleccionada, mais empírico, utilizando para tal o método hipotético-dedutivo em que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 144), “A construção parte de um postulado ou conceito postulado como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real”.

A primeira fase iniciou-se com consultas a bases de dados eletrónica ao nível da Biblioteca Online (www.b-on.pt) concomitantemente a visitas a Bibliotecas, como a da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, a Municipal de Viseu, a da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e as da AM Sede e Amadora. Foram também criados contactos com oficiais da “Arma dei Carabinieri” (Itália) e com a “Gendarmerie Nationale” (França), por intermédio de um grupo de cadetes e aspirantes. Houve também a tentativa de contacto via *e-mail* com a “Guardia Civil” (Espanha), no entanto, sem resposta. Fundamentais para o desenrolar de toda a investigação foram as várias conversas informais com diferentes especialistas em matéria de desporto de competição na GNR, sendo eles Oficiais, Sargentos e Guardas, que com a sua experiência e conhecimentos proporcionaram um enriquecimento a este trabalho.

Para dar resposta ao problema empírico colocado foi desenvolvido um questionário afeto à pergunta de partida e perguntas derivadas, constituído por perguntas de escolha

múltipla e perguntas de resposta aberta, complementado por uma entrevista realizada a dois militares/atletas que possuem o estatuto de atletas de alta competição.

Todo o trabalho foi redigido obedecendo às regras do novo acordo ortográfico e segundo as normas para a redação do relatório científico final da Academia Militar (NEP n.º 520/DE de 30 de junho de 2011) com as devidas adaptações para a redação de trabalhos proposta por Sarmiento (2008).

1.9 Enunciado da Estrutura do Trabalho

Este trabalho está organizado em três divisões principais: a introdução geral, a revisão da literatura e o trabalho de campo (Apêndice I).

A Introdução Geral é apresentada no capítulo 1, e é dividida em: introdução ao trabalho; enquadramento da investigação; importância e justificação do tema; pergunta de partida e perguntas derivadas; objetivos do trabalho; hipóteses empíricas; e metodologia usada ao longo do trabalho.

A Revisão da Literatura corresponde à parte I do trabalho, que, por sua vez, se subdivide em três capítulos. O capítulo 2 – O Desporto de Competição – visa dar um enquadramento do que é o desporto de competição, explicar mais aprofundadamente o que se entende por desporto de alta competição e dar um enquadramento de como este está organizado no mundo. O capítulo 3 – O Desporto de Competição na GNR – visa explicar a importância que o desporto tem para uma força como a GNR e dar alguns exemplos do que se passa na instituição relativamente aos atletas de competição. O capítulo 4 – O Desporto de Competição noutras Forças do Tipo Gendarmerie – visa mostrar a realidade encontrada na Gendarmerie Nationale e na Arma dei Carabinieri.

A parte II constitui a última divisão do trabalho – Trabalho de Campo – que é iniciada no capítulo 5 – Metodologia da Parte Prática – onde é feita uma introdução do que foi desenvolvido, define-se a população em estudo e a amostra escolhida, e enuncia-se os métodos aplicados e meios utilizados. De seguida, é apresentado o capítulo 6 – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados – onde são analisados os dados dos questionários e entrevistas. Por fim é exposto o capítulo 7 – Conclusões – onde são verificadas as hipóteses empíricas, onde se dão as reflexões finais e é realizado um modelo final.

Parte I - Revisão da Literatura

Capítulo 2

O Desporto de Competição

2.1. Introdução à Parte I

Nos seguintes capítulos, será desenvolvido um estudo teórico relativamente à parte I deste TIA, que visa dar um enquadramento do Desporto de Competição, do Desporto de Competição na GNR e do Desporto de Competição noutras Forças do tipo Gendarmerie.

No capítulo 2, é dada uma explicação do que é o Desporto de Competição e de Alta Competição, em que consiste o estatuto de atleta de alta competição e como o desporto de competição está organizado a nível mundial. Por fim, é dado um enquadramento legal do desporto de competição em Portugal.

No capítulo 3, pretende-se explicar a importância do desporto numa força de segurança de natureza militar como a GNR, explicar-se como funciona a concessão de licença por mérito a militares que tenham obtido classificações desportivas elevadas e, por fim, dar dois exemplos de como está enquadrado o desporto na instituição.

No capítulo 4, são dadas como referências a Arma dei Carabinieri italiana e a Gendarmerie Nationale francesa, uma vez que ambas são forças do tipo gendarmerie. Desta forma, dado que ambas têm uma forte estrutura que apoia e incentiva o desporto de competição, é explanado a sua organização neste âmbito.

2.2. O Desporto de Competição

A prática de desporto sempre esteve associada, em menor ou maior grau, a processos competitivos. Estes, por vezes, são mais estruturados na autoemulação, ou seja, em quadros de referência mais intrínsecos para a melhoria da prestação (vencendo-se a si próprio em marcas ou padrões) e, outras vezes, na hetero-emulação (vencendo outros concorrentes). A competição é um processo de visibilidade que motiva o Homem a

acentuar-se como ser humano individualizado, através da tentativa sucessiva de superar as suas próprias fraquezas, com base num aperfeiçoamento constante das suas capacidades biológicas, psicológicas e sociais.

Quando falamos de Desporto de Competição somos imediatamente levados a pensar na Alta Competição, nos Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Campeonatos da Europa, medalhas, recordes e vitórias (ADELINO, 1985, p. 14), uma vez que é para estes objetivos que existe a competição desportiva de maior nível, levando a que o indivíduo com ótimas qualidades desportivas em determinada modalidade retire o maior proveito e rendimento das mesmas e passe a representar uma coletividade.

Associado ao conceito de Desporto de Competição está o da Alta Competição, que traduz a prática de um desporto em que o praticante tem um rendimento excepcional, de tal maneira que atinge resultados e marcas de um nível mais elevado que a maioria dos praticantes no resto da sociedade e que, através de uma preparação cuidada e dirigida, atinge a superação constante das suas capacidades e resultados, orientando a sua carreira para um nível de competição internacional.

O desporto de alta competição realiza-se num contexto em que, previamente, os atletas são selecionados através dos resultados atingidos ao longo da sua carreira, tendo sempre níveis bastante elevados como patamares comparativos, capazes de competir com os melhores atletas dos outros países (LIMA, 1985, p. 4).

Ao desporto de alta competição está associado o termo “desporto de alto rendimento”, que, segundo a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007) no n.º 1 do seu art.º 44.º, é a “ (...) prática desportiva que visa a obtenção de resultados de excelência, aferidos em função dos padrões desportivos internacionais, sendo objeto de medidas de apoio específicas (...) ”, complementando-se com o Decreto-Lei 272/2009 que regula as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento que define como “a prática desportiva em que os praticantes obtêm classificações e resultados desportivos de elevado mérito, aferidos em função dos padrões desportivos internacionais” (al. a) art.º 2.º).

É importante salientar o impacto que o desporto de alta competição tem na sociedade, uma vez que desperta emoções como o interesse e entusiasmo pelo desporto, levando ao fortalecimento de espírito de grupo por simpatia a um clube ou mesmo a uma nação, o que também acaba por ser um incentivo à prática de desporto e um fator a considerar, mesmo como fator cultural.

Contudo, deve ser dada a oportunidade à sociedade como um direito próprio de desenvolver a formação desportiva, “para que o desporto vá de encontro à necessidade da valorização humana e que caminhe a par da melhoria das condições de vida dos portugueses” (LIMA, 1981, p. 23).

2.2.1. Estatuto de Atleta de Alta Competição

O título de atleta de alta competição só é atingido por uma minoria de praticantes de desporto (LIMA, 1982, p. 19) quando falamos num contexto de uma sociedade num país, que são aqueles que transportam já intrinsecamente características e habilidades físicas, psíquicas e sociais que, com o treino e orientação adequados, conseguem atingir um rendimento de tal forma elevado que se pode enquadrar na alta competição.

Relativamente ao estatuto de atleta de alta competição, segundo o DL 123/96 “*Estatuto do atleta de alta competição*” no seu art.º 3.º, consideram-se com tal estatuto aqueles atletas que constarem do registo organizado pelo Instituto do Desporto de acordo com os critérios técnicos¹ definidos em portaria do Governo que tutele a área do desporto. O art.º 4.º refere ainda que integram o percurso de alta competição os praticantes que pela sua idade e aptidões aferidas pelos resultados obtidos no quadro competitivo próprio demonstrarem qualidades que indiquem a possibilidade de, através da continuidade do treino especializado, vierem a obter sucesso no plano internacional, podendo ser integrados no percurso de alta competição de acordo com os critérios técnicos definidos no art.º 3.º.

2.3. A Organização do Desporto de Competição no Mundo

2.3.1. Desportos Olímpicos

Podemos considerar o Comité Olímpico Internacional (COI) como a instituição suprema do desporto mundial, e como tal as organizações desportivas querem ser

¹ Os critérios técnicos resumem-se à obtenção de êxito no plano internacional para o que terão em conta as classificações obtidas nas provas desportivas internacionais e a posição do praticante nas listas de classificação desportiva elaboradas pela respetiva federação internacional. (n.º2 art.º3º DL- 123/96).

reconhecidas por este e participar nos respetivos programas de jogos olímpicos. Os desportos olímpicos representados no COI compreendem todos os desportos disputados nos programas dos Jogos Olímpicos de verão e de inverno (Apêndice I – 1.1.).

As Federações Internacionais dos desportos do programa olímpico de verão organizam-se na ASOIF (*Association of Summer Olympic International Federations*), compreendendo 26 desportos, e as Federações Internacionais dos desportos do programa olímpico de inverno na AIOVSF (*Association of International Olympic Winter Sports Federations*), compreendendo sete desportos (2012). As Federações Internacionais reconhecidas pelo COI mas que não fazem parte dos programas olímpicos pertencem à ARISF (*Association of IOC Recognised International Sports Federations*) e formam o grupo dos desportos reconhecidos pelo COI (Apêndice I – 1.2.). Estes desportos são representados por uma Federação Desportiva Internacional, unidesportiva² ou multidesportiva³.

Para o COI o desporto considera-se uma modalidade ou um conjunto de modalidades representadas por uma Federação Internacional. É exemplo a Associação Internacional de Federações de Atletismo (AIFA), que representa nos Jogos Olímpicos de verão o desporto atletismo e que compreende como modalidades a corrida, os lançamentos e os saltos. Estas, por sua vez, subdividem-se em eventos/disciplinas, como os 800m masculinos, o lançamento de peso feminino e o triplo salto masculino.

Para que um desporto seja considerado olímpico deve este ser administrado por uma Federação Internacional que assegure que as atividades deste desporto vão de encontro à Carta Olímpica⁴. Para que um desporto seja adicionado ao programa olímpico tem que ser (1) recomendado pela Comissão do Programa Olímpico do COI, (2) aprovada essa participação no programa olímpico pela Comissão Executiva do COI e (3) votado favoravelmente em Sessão do COI. Para ser recomendado pela comissão do programa olímpico e aprovado pela comissão executiva, o desporto candidato ao programa tem de ir

² São federações unidesportivas as que englobam pessoas ou entidades dedicadas à prática da mesma modalidade desportiva, incluindo as suas várias disciplinas ou um conjunto de modalidades afins ou conjunto de modalidades combinadas (n.º 2 art.º 21.º da Lei 30/2004).

³ São federações multidesportivas as que se dedicam ao desenvolvimento da prática cumulativa de diversas modalidades desportivas, para áreas específicas de organização social (n.º 3 art.º 21.º da Lei 30/2004).

⁴ A Carta Olímpica é um conjunto de regras, adotadas pelo COI, que guiam a organização dos Jogos Olímpicos através de princípios fundamentais, regras e estatutos que têm como principais propósitos estabelecer princípios e valores no mundo olímpico, servir como código para o COI e definir os direitos e obrigações do COI, das Federações Internacionais, dos Comitês Olímpicos Nacionais e do Comité organizador de cada edição dos Jogos Olímpicos.

ao encontro de 33 critérios estabelecidos e aprovados pelo COI na sua 116ª sessão, embora resumidamente sejam evidenciados critérios como ser praticado em praticamente todo o planeta com altos índices de participação e visibilidade e ter a aplicação do código mundial anti doping⁵. A votação final é no seio dos membros da sessão olímpica e a próxima, para o programa de 2020, será feita em 2013, na 125ª Sessão do COI em Buenos Aires, onde será votada a eventual saída de um ou mais desportos⁶ e a respetiva substituição⁷ por um dos seguintes desportos: Basebol, Karaté, Roller Sports, Softball, Desporto de Escalada, Squash, Wakeboarding e Wushu.

2.3.2. SportAccord

A SportAccord (Federação Internacional de Desportos) é uma associação sem fins lucrativos que tem sobre sua alçada todos os desportos olímpicos e muitos dos desportos não olímpicos (Apêndice I – 1.3.1.), as federações desportivas internacionais que representam o seu desporto específico, os organizadores de eventos de multidesportos relacionados com as federações desportivas internacionais e desportos relacionados com as associações internacionais.

Esta associação é constituída de acordo com o art.º 60.º do Código Civil Suíço, e tem sede atual na Suíça.

Os objetivos da SportAccord compreendem-se em doze itens (Apêndice I – 1.3.2.).

⁵ Para ser incluído no programa olímpico, um desporto de verão deve preencher, entre outras, as seguintes condições: deve ser amplamente praticada (por homens em 75 países em quatro continentes; por mulheres em 40 países e em três continentes); o Código Mundial Anti-Doping deve ser aplicado; não deve contar com propulsão mecânica (como um motor). Um desporto de inverno deve ser amplamente praticada em pelo menos 25 países e em três continentes, a fim de ser incluído no programa. Não se faz distinção entre homens e eventos das mulheres.

⁶ Na sessão para o programa de 2012 (Londres) foi votada a saída do Softbol e do Basebol.

⁷ Na sessão para o programa de 2012 (Londres) foram votados o Golf e o Karaté mas não obtiveram os dois terços de votos necessários para integrarem o programa, o que fez mudar a regra para maioria, e permitiu que para 2016 fossem votados para integrar o programa o Golf e o Rugby de sete, devendo o processo de votação de substituição de desportos para 2020 acontecer em sessão de 2013.

2.3.3. CISM – Conselho Internacional do Desporto Militar

O Conselho Internacional do Desporto Militar – *Conseil International du Sport Militaire* (CISM) – foi fundado em 1948, sendo uma das maiores organizações multidisciplinares do mundo. Este conselho organiza eventos desportivos para as forças militares dos seus 133 países membros nos 26 desportos diferentes (Apêndice I – 1.4.), nos quais Portugal está inserido desde 1956. Para semblante, escolheu-se como lema “A Amizade através do Desporto”, tentando retratar a ideia de que uma vez que os soldados podem já ter-se encontrado no campo de batalha, podem agora reunir-se nos jogos desportivos em amizade.

O atual presidente do CISM é o Coronel Hamad Kalkaba Malboum, dos Camarões, e a sua Secretaria-Geral está localizada em Bruxelas, sob a gestão do Secretário-Geral Coronel Morisod da Suíça.

O CISM representa atualmente um dos principais pilares do desporto em todo o mundo, contribuindo para a formação dos atletas de competição das várias forças militares, desenvolvendo variados projetos com o COI, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comunidade Europeia, e incrementando ainda uma estreita relação com as várias Federações Desportivas Internacionais.

Este conselho organiza todos os anos aproximadamente vinte campeonatos mundiais militares, abertos a todos os seus membros. Organiza também competições continentais e regionais, os Jogos Mundiais Militares a cada quatro anos e, mais recentemente, os Jogos de Inverno.

Portugal, como membro do CISM, já organizou dois Campeonatos Mundiais Militares de Futebol (XI- 1956 e XII- 1958), o V Campeonato Mundial Militar de Paraquedismo (1971) em Sintra, o V Campeonato Mundial Militar de Equitação (1984) em Mafra, o XXXIV Campeonato Mundial Militar de Corta-Mato (1985) em Açoteiras, o XXXVI Campeonato Mundial Militar de Tiro na Ota e o XXXIV Campeonato Mundial Militar de Orientação (2001) em Beja. Até ao término do ano 2011, Portugal contava com 11 medalhas de ouro, 16 medalhas de prata e 18 medalhas de bronze nas várias competições do CISM, onde que marcou presença com as Forças Armadas (FA) e a GNR.

2.4. Leis Reguladoras do Desporto em Portugal

A principal lei reguladora do desporto em Portugal tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, estando atualmente na sua terceira versão. O primeiro diploma terá sido a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei n.º1/90) revogado pela sua sucessora, a Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 30/2004). Hoje, o diploma que vigora é a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007).

A Lei Bases do Desporto (LBD) é, dos três diplomas, aquele que mais descreveu pormenorizadamente conceitos e alinhavares enquadrantes do desporto.

Esta lei começa por, no seu art.º 1.º, definir um sistema desportivo constituído por meios que substanciam os direitos de acesso ao desporto iguais para todos os atletas e a generalização às várias práticas desportivas. No que trata ao direito ao desporto (art.º 2.º), este diploma vem defender o direito ao desporto, como indispensável ao desenvolvimento da personalidade de todos os indivíduos, entendendo-se este por qualquer forma de atividade física livre e voluntária, organizada ou não, que tem como objetivo o modo de cada um poder melhorar a sua forma física e psíquica e expor a mesma, seja ela para consagrar relações sociais ou ser dirigida para um contexto de competição no mais baixo ao mais alto nível. Este direito ao desporto vem consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu art.º 79.º n.º 1, que declara que todos têm direito à cultura física e ao desporto.

No capítulo II da LBD, são definidos princípios orientadores do desporto, tais como os da universalidade, da solidariedade, da coordenação, entre outros. O primeiro vem dizer que todas as pessoas têm possibilidade de acesso ao desporto, ou seja, o desporto é universal. O segundo vem responsabilizar a coletividade visando a materialização das finalidades do sistema desportivo, envolvendo assim o apoio do Estado. Este diz ainda que se devem criar mecanismos de solidariedade, tanto para a atividade desportiva profissional como para a atividade desportiva não profissional. Por fim, o princípio da coordenação, vem exigir uma colaboração entre os vários departamentos e setores da administração pública que, direta ou indiretamente, entrem na esfera do desporto. Neste princípio, podemos incluir a estrutura na GNR responsável pela orientação e organização da educação física e desporto.

Relativamente aos praticantes desportivos, é definido no art.º 34.º que os mesmos são aqueles que, a título individual ou integrados numa equipa, desenvolvem a atividade desportiva. A legislação sobre praticantes desportivos no que trata ao direito do trabalho, à

segurança social e ao direito fiscal admite especificidades quanto aos praticantes desportivos em certos casos que se justifiquem.

Por fim, o art.º 57.º refere-se ao desporto nas FA e nas forças de segurança, vindo exigir que as atividades desportivas sejam fomentadas durante a prestação de serviço nestas instituições, de forma a criar hábitos de prática de desporto que facilitem a integração social e cultural. Portanto, como força de segurança e força militar que é, a GNR deve incentivar e apoiar os seus militares à prática de desporto, incluindo todos os seus níveis, do mais baixo (lazer) ao mais alto (alta competição), apoiando assim as exigências que os mesmos solicitem. Ainda relativamente às FA e forças de segurança, o desporto é organizado autonomamente de acordo com os parâmetros definidos pelas entidades correspondentes competentes.

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) vem mostrar o desporto de uma forma mais abrangente e especificar princípios orientadores, como o da universalidade, possibilitando o desporto a todas as pessoas; princípio da não discriminação, colocando sexos e as várias etnias nos mesmos patamares; o princípio da intervenção pública, que responsabiliza os poderes políticos pela sua intervenção na organização do desporto, entre outros. Esta Lei contribui também para a separação da Atividade Física, enquanto “instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos” (art.º 6.º) do Desporto, mais centrado na “prática desportiva regular e de alto rendimento” (art.º 7.º), estando anteriormente estes dois subconceitos intrínsecos ao conceito europeu de Desporto explicitado no art.º 2.º da LBD: “Entende-se por desporto qualquer forma de atividade física que, através de uma participação livre e voluntária, organizada ou não, tenha como objetivos a expressão ou a melhoria da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados em competições de todos os níveis.”

De notar que a LBAFD também refere que o Desporto nas Forças Armadas e Forças de Segurança é considerado uma situação especial, em que a organização e realização de atividades desportivas obedece a regras próprias, sem prejuízo da aplicação dos princípios gerais fixados nesta lei (art.º 50.º), reguladas pelo Regulamento das Competições Desportivas Militares Nacionais (Portaria 260/1998).

Capítulo 3

O Desporto de Competição na GNR

3.1. A GNR e o Desporto

É sabido que a prática da educação física e do desporto, seja ele de competição ou não, é uma tradição inveterada na instituição militar inerente à condição de militar e agente de segurança, desenvolvendo a preparação física, psíquica, cultural e o espírito de sacrifício dos militares. Como tal, é essencial que a GNR estimule a preparação física dos seus militares ao longo de toda a sua carreira, desenvolvendo assim o bem-estar físico e psíquico dos mesmos melhorando o serviço prestado à comunidade.

No próprio Código Deontológico do Serviço Policial (Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002), no n.º 1 do seu art.º 14.º, vem que “Todo o membro das Forças de Segurança prepara-se física, psíquica e moralmente para o exercício da sua atividade e aperfeiçoa os respetivos conhecimentos e aptidões profissionais, de forma a contribuir para uma melhoria do serviço a prestar à Comunidade.”

Se fossemos a analisar os candidatos às forças militares e de segurança perceberíamos rapidamente que, na sua maioria, estes têm hábitos de prática de treino físico, uma vez que possuem conhecimento de que esta é uma profissão que requer uma especial aptidão física. Também concluiríamos que uma grande parte pratica desporto, vários deles de competição.

Observando o universo dos 26252⁸ militares da GNR, verificamos que temos um grande número de praticantes de vários desportos, parte deles a um nível de competição, seja ele mais baixo (distrital) ou do mais alto (Jogos Olímpicos). Este é um facto constatável ao longo de toda a existência da GNR.

Como referido no início do trabalho, a GNR desde há muito vem obtendo grandes resultados no mundo do desporto através dos seus militares, seja direta ou indiretamente. Diretamente através daqueles militares que representam a GNR em competições e

⁸ Segundo o mapa de 2012.

indiretamente através daqueles que competem em nome das suas equipas e federações, não deixando no entanto de ser militares da Guarda.

Foi em 1924 que Portugal pela primeira vez participou nos Jogos Olímpicos em Paris deixando a sua marca trazendo para casa uma medalha de bronze, enchendo Portugal de orgulho. Também a Guarda Nacional Republicana se pôde orgulhar, pois quem enalteceu Portugal nessa representação foi Mouzinho de Albuquerque, cavaleiro da GNR, chefe da equipa de equitação que na modalidade de obstáculos se consagrou terceiro classificado. Após esta vitória este militar conseguiu muitas outras a nível europeu e mundial. Este é um dos muitos exemplos que podemos encontrar ao longo dos 101 anos de história da GNR e também da extinta Guarda Fiscal, pois não podemos esquecer que dela herdamos uma grande cultura desportiva e medalhas de várias competições.

3.2. Concessão de Licença por Mérito

Uma das formas de recompensar os militares da GNR é através da concessão de licença por mérito, que vem determinada no Regulamento de Disciplina da GNR (RDGNR – Lei n.º 145/99), nas suas medidas disciplinares.

Este tipo de licença destina-se a recompensar os militares da Guarda que, no serviço, revelem excecional zelo e dedicação, ou tenham praticado atos de reconhecido relevo (n.º 1 art.º 25.º RDGNR). Segundo o n.º 2 do art.º 25.º, o número máximo de dias de licença por mérito permitidos por este diploma é de 30 dias (seguidos ou interpolados) não prejudicando de forma alguma a remuneração ou tempo de serviço do militar.

A 30 de novembro de 2011, o Comando de Doutrina e Formação (CDF) do Comando Geral (CG) emanou a Diretiva n.º 13/2011/CDF de assunto “Concessão de licença de mérito decorrente das classificações obtidas na participação em competições desportivas e concessão de dispensa” (Anexo A). Esta diretiva vem congratular as classificações desportivas obtidas pelos militares da GNR e dar um pouco de resposta à grande necessidade que os militares têm de ter dias disponíveis para participar em competições e realizarem a sua preparação.

Esta diretiva vem então definir, por despacho do TGCG, a licença que poderá ser concedida pelos resultados obtidos da seguinte forma:

Campeonatos no âmbito das Forças Armadas e de Segurança, Nacionais e Internacionais e outras Competições/Campeonatos desportivos/os:

- Classificação por equipas:
 - Militares e civis da GNR da equipa classificada em primeiro lugar – dois dias de licença;
 - Militares e civis da GNR da equipa classificada em segundo lugar – um dia de licença.

- Classificação individual:
 - Primeiro Classificado – três dias de licença;
 - Segundo Classificado – dois dias de licença;
 - Terceiro Classificado – um dia de licença.

Para além destes dias de licença, todos os militares e civis da GNR participantes das competições anteriormente referidas têm automaticamente a dispensa de dois dias com início no dia imediatamente seguinte ao término da competição.

Nesta diretiva são também contempladas condicionantes à concessão de dias de licença, nomeadamente a não acumulação de dias de licença relativos a classificações por equipas e individuais, gozando o militar apenas da situação mais vantajosa. Outra condicionante é o facto de em cada ano civil apenas se poder conceder ao militar no máximo dez dias de licença de mérito independentemente da quantidade de provas participadas e classificações obtidas. Ora, isto comparado com as dezenas de provas em que os melhores militares participam anualmente não é suficiente para aliviar o esforço desmedido dos mesmos visto que estes têm que conciliar as oito horas de serviço com os treinos essenciais à sua preparação para as provas desportivas.

3.3. Os Atletas na Escola da Guarda

Um bom exemplo de um modelo que poderia ser adaptado a todo o dispositivo da Guarda, se assim houvesse condições, é o implementado na Escola da Guarda (EG) pela Proposta n.º 16/99 de assunto: “Regime especial de serviço para os militares com o estatuto

de alta competição a nível de atletismo nacional e demais militares com capacidades atléticas reconhecidas”. Esta proposta veio ao encontro da necessidade que a EG teve de criar condições especiais de treino para alguns dos seus militares que se encontram a praticar desporto de competição e contempla uma divisão destes atletas em quatro grupos (A, B, C e D), pelos quais são distribuídos mediante as suas classificações, tendo direito a determinados períodos para treinar. Este diploma contempla a organização enunciada no anexo B.

3.4. Equipa de Futsal

A equipa APG/GNR Porto Futsal, criada em abril de 2006, é constituída por militares da GNR da zona do Porto, oriundos de equipas de futebol e futsal, sendo rigorosamente selecionados.

Esta equipa foi criada inicialmente para representar a GNR no Torneio de Autoridades Policiais na Polícia Judiciária do Porto e, desde então, conquistou vários títulos em competições como: Taça Amizade Inatel; Maratona Veterana em Chaves para mais de 30 anos; Taça Nacional de Bombeiros e Polícias; Campeonato do Mundo de Futsal para Polícias, onde a GNR foi representada pela primeira vez a nível mundial nesta modalidade e onde também se sagrou campeã mundial; e Taça Ibérica. Esta equipa organizou também pela primeira vez em Portugal o Torneio para Polícias e Proteção Civil, no qual se apurou para o 18º Campeonato do Mundo de Futsal em novembro de 2012 na Bélgica, onde irá defender o título de campeã.

Uma vez que esta equipa não conseguiu encontrar apoio junto do Comando da GNR para representar oficialmente a instituição e que lhe fosse dada flexibilidade para se poder preparar devidamente, esta procurou apoio junto à APG (Associação de Profissionais da Guarda) que neste momento apoia a equipa representando de uma forma não oficial a GNR.

Estes militares treinam num horário que não prejudica o serviço, o que torna complicado gerir o trabalho, treinos e ainda a vida pessoal. O mesmo acontece para participarem nas várias provas internacionais, tendo todos eles que conciliar as suas férias e folgas de forma habilidosa, prescindindo das mesmas para conseguirem estar presente nas competições.

Capítulo 4

O Desporto de Competição noutras Forças do tipo Gendarmerie

4.1. Desporto na Gendarmerie Nationale Francesa

A Gendarmerie Nationale Francesa tem desde há muito o culto pelo desporto de alta competição, existindo nesta força a chamada “Equipa Desportiva Militar de Alto Nível”, inserida na unidade de blindados da Gendarmerie Mobile (GBGM – *Groupement blindé de la gendarmerie mobile*) em Versalhes-Satory. Esta equipa especial é composta unicamente por atletas de alto nível, atualmente cerca de 18. Estas vagas são atribuídas pelo Ministério da Defesa, num total de 80, divididas respetivamente pela Marinha (dez), Exército (37) e Força Aérea (15) (Anexo C – 1.1.). Nesta equipa da Gendarmerie, integram grandes atletas, como Alain Bernard (campeão olímpico de natação 100m); Elodie Clouvel (atleta olímpico na modalidade pentatlo moderno) e Pauline Ferrand-Prevot (várias vezes campeã mundial de ciclismo).

Após a sua formação na Gendarmerie, os atletas são colocados na equipa desportiva militar de alto nível, onde se concentram principalmente em atividades desportivas, como a preparação para os Jogos Olímpicos de Londres 2012, tendo tempo para treinar sem mais atividades profissionais incumbidas.

Por decreto dos Ministérios da Defesa e Desporto, o desenvolvimento dos desportos é atribuído às várias instituições, nomeadamente triatlo, esqui e equitação ao Exército, desportos aéreos à Força Aérea, vela à Marinha e tiro à Gendarmerie, o que nada impede que um militar de uma das instituições se inserir num desporto sediado noutra. Todas estas equipas estão à disponibilidade do Comissário do Desporto Militar, chefe da delegação francesa nas reuniões internacionais do CISM.

Uma das funções existentes nos quadros da Gendarmerie Móvel é a de Instrutor Desportivo. Esta função é preenchida por militares com o mínimo de três anos de serviço, recrutados do serviço operacional e que têm como missão ensinar atividades físicas e desportivas de alto nível.

4.2. Desporto na Arma dei Carabinieri Italiana

Para os Carabinieri, praticar desporto é visto como treinar para o cumprimento da missão, constituindo o desporto uma grande parte da sua formação (Arma dei Carabinieri, 2012).

Segundo o programa do Comando Geral dos Carabinieri todos os seus militares devem aprender a cavalgar, nadar, esquiar e aplicar técnicas de judo.

Esta instituição considera a atividade desportiva uma ferramenta insubstituível para melhorar física e mentalmente os seus militares, colocando-os assim nas melhores condições para desempenhar a sua missão criando, dessa forma, iniciativas que propendem incentivar e facilitar o desporto a todos os níveis. Uma forte logística de equipamentos e infraestruturas permitem aos Carabinieri contribuir ativamente para o melhoramento do desporto a nível nacional, treinando atletas no Centro Desportivo Carabinieri.

Após o contacto oficial com oficiais dos Carabinieri, foi enviado por estes um documento que explica o propósito do Centro Desportivo Carabinieri (Anexo D) para nos ajudar a melhor entender no que se baseia. O Centro Desportivo Carabinieri, pertencente ao Comando das Escolas da Arma dei Carabinieri, foi fundado em 1964 e está dividido em 200 unidades pertencentes a dez secções: judo, taekwondo, esgrima, pentatlo moderno e triatlo, tiro, equitação, natação (Nápoles), atletismo (Bolonha), paraquedismo desportivo (Toscânia) e desportos de inverno (Selva di Val Gardena). Todas estas secções desenvolvem uma grande ação promocional nos meios desportivos, de forma a recrutar atletas de grande interesse nacional, sempre em concertação com os organismos federativos, treinadores atléticos e atividades competitivas dos militares. Todas as secções possuem inúmeras presenças e títulos conseguidos internacionalmente, desde o primeiro título em 1946 no europeu de atletismo na modalidade de lançamento do disco, à última presença nos Jogos Olímpicos de Pequim (2008), em que a Itália contava com 356 representantes, sendo desses 177 militares, 25 deles do Centro Desportivo Carabinieri.

O recrutamento de atletas é por concursos públicos com a avaliação dos resultados desportivos obtidos pelo candidato, à exceção dos atletas do paraquedismo desportivo que seguem outro caminho. Após o concurso, os recrutados iniciam o curso de formação específica que lhes permite adquirir as competências necessárias para exercer funções militares e policiais. No final do curso são colocados na secção de desportos referente ao desporto que praticam.

Relações entre os Carabinieri, o CONI (*Comitato Olimpico Nazionale Italiano*) – Comité Olímpico Nacional Italiano – e as federações desportivas são lavradas por um acordo assinado entre o Ministério da Defesa e o CONI. Este acordo prevê que os Carabinieri coloquem à disposição da federação os atletas e técnicos de que dispõe para ajudar na formação das equipas nacionais e que, em conformidade com os requisitos primários e a autorização do Comando Geral, realizem os eventos desportivos exigidos pelo gabinete de ligação das Forças Armadas/CONI. Ao CONI é incumbida a responsabilidade de construir infraestruturas desportivas militares.

No campo competitivo, os Carabinieri contam com atletas de alto rendimento em representação da Arma dei Carabinieri, ganhando uma posição de liderança no desporto italiano.

4.3. Síntese da Parte I

O capítulo 2 considera-se essencial à compreensão do leitor relativamente à temática “Desporto de Competição”, uma vez que visou explicar e definir conceitos como o desporto de competição e o de alta competição e enquadrar os mesmos na organização do desporto no mundo e em Portugal, numa perspetiva institucional e legal.

Quanto ao capítulo 3, este foi considerado importante para a investigação do trabalho, mostrando o quadro em que está inserido um militar que pratique desporto de competição como um normal atleta. Também neste capítulo aprofundou-se um pouco mais a investigação relativa ao tema do trabalho, tentando enquadrar o desporto de competição, explanado no capítulo anterior, no contexto institucional da GNR.

No quarto e último capítulo, analisámos dois grandes exemplos do enquadramento do desporto de competição nas duas maiores forças congéneres à GNR. Percebemos, assim, no que consiste a Equipa Desportiva Militar de Alto Nível da Gendarmerie Nationale e o Centro Desportivo dos Carabinieri e observámos as condições que os seus militares atletas têm para se preparar e o quanto elevam o nome da instituição.

Parte II - Trabalho de Campo

Capítulo 5

Metodologia da Parte Prática

5.1. Introdução

Após concluída a revisão da literatura, foram criadas condições para iniciar o trabalho de campo deste TIA, seguindo um raciocínio lógico e sustentado

O trabalho de campo tem por objetivo fazer uma análise exaustiva da amostra em questão e, dessa forma, responder às questões lançadas no início da investigação.

No seguinte capítulo começa-se por definir a população e respetiva amostra escolhida para estudo, são enunciados os métodos aplicados na concretização da investigação, é explicado no que consistem os inquéritos por questionário e descrita a estrutura do questionário aplicado. Por fim, é explicado no que consistem as entrevistas a militares com estatuto de Alta Competição, e quais os meios utilizados para a realização de toda a investigação.

5.2. População em Análise e Definição da Amostra

Como objeto de estudo deste TIA foram definidos como população alvo todos os militares da GNR que praticam ou praticaram desporto de competição, indicados pela EG (que também indicou militares no dispositivo territorial e CG), pela Unidade de Intervenção (UI) e pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE).

Para representar esta população (80), todos os militares foram selecionados para análise, tendo-lhes sido aplicado um questionário. Embora o questionário tenha sido enviado a todos via *e-mail*, apenas 53 dos inquiridos responderam e, desses, somente 43 respostas foram consideradas válidas. Nesta amostra, foram representados militares do CG, Comandos Territoriais, EG, UI e USHE, não havendo discriminação quanto a sexo, idade,

posto ou desporto praticado, de forma a tornar a amostra o mais heterogénea e real possível.

Esta é uma amostra por conveniência e é representativa da população de atletas de competição da GNR ($n=80$) para uma margem de erro de 10,0% e um nível de significância de 95,0%⁹.

5.3. Métodos Aplicados

Os métodos de investigação são “um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem selecionar e coordenar técnicas” (Leitão *apud* Carmo, 1998, p.175). Com isto, Carmo quer dizer que com uma boa seleção de técnicas de investigação e a sua aplicação da melhor forma podemos atingir os objetivos a que nos propomos numa investigação.

Como base para o trabalho de campo e para conseguir responder à questão de partida e questões derivadas, foi utilizado o método inquisitivo¹⁰

Foi efetuado um inquérito por questionário, que foi aplicado à amostra entre o dia sete de junho e o dia nove de julho de 2012, e uma entrevista a dois militares, com o estatuto de alta competição, entre o período de dia cinco e 15 de julho de 2012.

5.4. Inquéritos por Questionário

Segundo Sarmiento (2008), a utilização deste género de metodologia encara as opiniões de terceiros sobre o objeto que se investiga.

Este questionário é, assim, estruturado de uma forma lógica para que possamos responder às questões lançadas no início da investigação e confirmar, ou não, as hipóteses empíricas.

⁹ Cálculos efetuados em VSAI.

¹⁰ O *método inquisitivo* é baseado no interrogatório escrito ou oral. (SARMENTO, 2008, p. 5).

Uma vez obtidas as respostas dos inquiridos, todos estes dados são lançados numa base de dados submetida a tratamento estatístico descritivo, socorrendo-nos de *software* específico.

Numa fase inicial, a construção do questionário deste TIA foi baseado no questionário lançado pela Dra. Maria José Carvalho na sua tese de mestrado em 2000. Este, ao longo da construção do questionário aplicado, sofreu grandes alterações para o adaptar à especificidade desta investigação. Uma outra fase foi a elaboração de um pré-teste¹¹ aplicado a dez militares da EG praticantes de desporto de competição que permitiu localizar erros e corrigi-los, aperfeiçoando assim o questionário, chegando assim ao resultado final.

Este questionário foi enviado eletronicamente aos membros da amostra, com o objetivo de conhecer as suas realidades e opiniões sobre a temática em estudo, tendo-se procedido para isso à administração direta¹² dos mesmos.

5.4.1. Estrutura do Questionário

O questionário visou dar respostas às perguntas derivadas Pd1, Pd2, Pd3, Pd4 e Pd5 enunciadas no subcapítulo 1.5.

Para tal, foi elaborada uma estrutura que visa obter respostas às questões colocadas no início do trabalho. Este questionário dividiu-se em 4 partes principais: (1) Identificação, que procurou obter dados quanto ao sexo, ano de incorporação na GNR, categoria profissional, idade e unidade de colocação; (2) Caracterização da Prática Desportiva, que pretendeu obter dados quanto aos desportos e respetivas modalidades praticadas pelos militares; (3) Horários de Treino e Infraestruturas Desportivas, que tenciona dar resposta a quais as infraestruturas mais utilizadas pelos praticantes e as condições que os mesmos têm para praticarem a sua modalidade e (4) Prémios, onde se pretendeu obter dados quanto às competições onde participaram e respetivas classificações e compensações obtidas nas mesmas.

¹¹ “Um pré-teste constitui uma tentativa para que se determine, o quanto possível, se o instrumento está enunciado de forma clara, livre das principais tendências e, além disso, se ele solicita o tipo de informação que se deseja.” (Polit, 1995, p. 169).

¹² Administração direta é um método de aplicação do inquérito, assim designado quando o mesmo é preenchido pelo próprio inquirido (Quivy & Campenhoudt, 2008).

5.5. Entrevistas

As entrevistas contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta e alargam ou retificam o campo da investigação das leituras (Quivy & Campenhoudt, 2008). Ou seja, as entrevistas são um método aplicado relevante para a investigação, para que se consiga dar uma visão mais sustentada da realidade quanto à temática desenvolvida.

Estas entrevistas consistem na aquisição de informação dos entrevistados relativa às questões lançadas no início do trabalho.

Segundo Sarmiento (2008), as entrevistas classificam-se em entrevistas formais ou estruturadas, semiformais ou semiestruturadas, ou informais ou não estruturadas. Para este trabalho, foi efetuada uma entrevista formal ou estruturada, uma vez que o entrevistado responde a um conjunto de perguntas que fazem parte de um guião.

Estas entrevistas foram aplicadas segundo um dos métodos descritos por Reis (2010), o método de entrevista virtual, que consiste em questões habituais em entrevistas e permite entrevistar um grande número de pessoas simultaneamente.

Desta forma, foi aplicada uma entrevista que visou mais especificamente dar resposta às questões derivadas P5 e P8, bem como levantar outro tipo de questões. Esta entrevista foi aplicada a dois militares atletas com o estatuto de alta competição, de forma a saber a sua opinião quanto às condições que os atletas de competição na GNR encontram para a sua preparação desportiva.

5.6. Meios Utilizados

O questionário foi elaborado no programa informático *Questionmark Perception* e lançado *online* através da plataforma *Perception Authoring Manager*. Aos inquiridos foi enviado um *e-mail* para o seu correio eletrónico institucional com uma introdução e instruções quanto ao questionário, onde constava um *link*, através do qual o inquirido preencheria o questionário num computador ligado à RNSI (Rede Nacional de Segurança Interna).

Após data limite para preencher o questionário foram levantados os dados dos questionários respondidos pelos inquiridos e feita a análise estatística com o recurso a medidas de estatística descritiva.

A análise estatística foi efetuada com o *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*¹³ versão 20.0 para Windows e com o *Microsoft Office Excel 2007*.

Relativamente às entrevistas, estas foram enviadas para os entrevistados através dos respetivos correios eletrónicos com todas as instruções necessárias à sua realização e, posteriormente, reenviados pelos próprios para o entrevistador.

5.7. Síntese do Capítulo

Neste capítulo, definiram-se as metodologias a utilizar para a investigação, explicou-se no que consistem os inquéritos por questionário e as entrevistas, bem como a pertinência dos mesmos, e definiu-se qual a população e amostra a estudar através desses métodos. Relativamente aos questionários, foi enunciada toda a sua estrutura e explicada qual a pertinência de cada uma das suas partes.

No capítulo 6, será feita a apresentação e análise dos dados que foram obtidos através dos métodos mencionados no presente capítulo.

¹³ O tratamento de dados através do SPSS foi realizado com o auxílio de um profissional.

Capítulo 6

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

6.1. Introdução

Neste capítulo são apresentados todos os dados referentes aos métodos utilizados na investigação prática deste TIA, nomeadamente dos inquiridos por questionário e das entrevistas.

Ao longo deste capítulo será feita a caracterização dos inquiridos que responderam ao questionário, bem como a análise estatística das suas respostas. Numa segunda fase, é feita a análise de entrevistas através de quadros de análise de conteúdos respetivamente para cada uma das questões e, por fim, uma breve síntese do capítulo.

6.2. Apresentação, Análise e Discussão dos Inquiridos por Questionário

6.2.1. Caracterização da Amostra

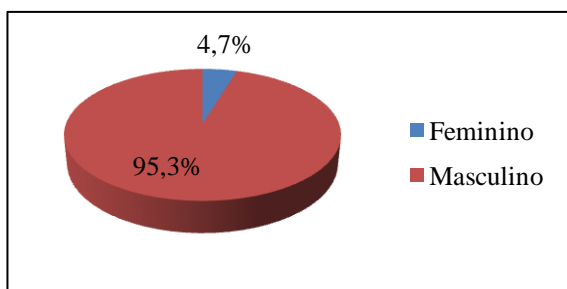


Figura n.º 1- Géneros

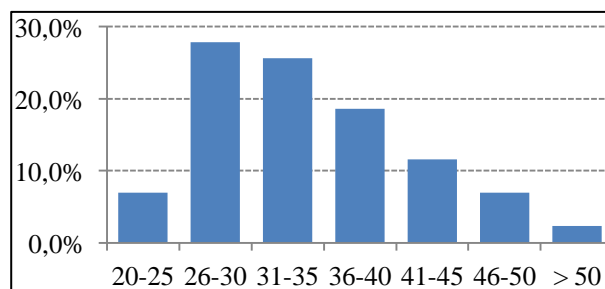


Figura n.º 2- Faixas etárias

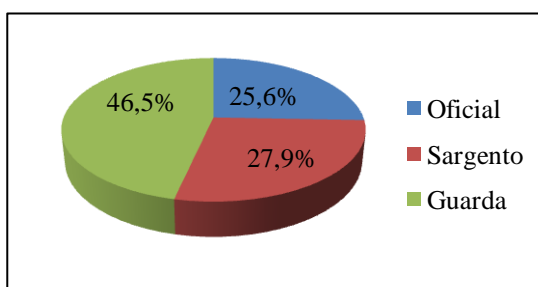


Figura n.º 3- Posto

Como já mencionado anteriormente, foram obtidas 43 respostas válidas através das quais conseguimos constatar que os inquiridos são representados por duas mulheres (4,7%) e por 41 homens (95,3%), tal como podemos verificar na figura n.º 1.

Quanto às faixas etárias observáveis na figura n.º 2, constatamos que a maioria dos atletas de competição se situa entre os 26 e os 35 anos de idade (53,5%) e que a moda¹⁴ corresponde a idades compreendidas entre os 20 e os 25 anos, correspondendo a um total de 12 inquiridos (27,9%). Este facto compreende-se, visto que o período auge de um atleta de competição é nesta faixa etária.

Relativamente às classes a que pertencem estes militares, mencionadas na figura n.º 3, constatamos que quase metade são da classe de Guardas, perfazendo um total de 20 (46,5%), e os restantes divididos quase de igual forma pela classe de Oficiais e Sargentos, com onze e 12 respetivamente (25,6% e 27,9%).

Tabela n.º 1- Unidade

	Frequência	Percentagem
CG	3	7,0
CTer	15	34,9
EG	8	18,6
UI	12	27,9
USHE	5	11,6
<i>Total</i>	<i>43</i>	<i>100,0</i>

Estando estes militares espalhados por todo o dispositivo da Guarda, e de forma a percebermos como, observamos na tabela n.º 1 que a moda se encontra nas unidades territoriais, correspondendo a 34,9% dos militares, seguida pela UI com 27,9%, a EG com 18,6%, a USHE com 11,6% e, por fim o CG com 7%. Através destes dados podemos constatar que 34,9% dos militares estão colocados em unidades não aquarteladas e 65,1% em unidades aquarteladas.

¹⁴ Moda: o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, ou seja, o valor mais comum.

6.2.2. Análise dos Resultados do Inquérito

O questionário aplicado foi estruturado na sua maioria por perguntas de escolha múltipla, nas quais os inquiridos poderiam optar por mais do que uma resposta, o que justifica que, por vezes, o total da frequência seja superior ao número total de inquiridos.

Tabela n.º 2- Desportos praticados

	Frequência	Percentagem
Artes Marciais	2	4,3
Atletismo	18	39,1
Equitação	9	19,6
Futebol	9	19,6
Orientação	2	4,3
Tiro	2	4,3
Outros	4	8,7
<i>Total</i>	<i>46</i>	<i>100</i>

Começando pela primeira parte do questionário, a caracterização da prática desportiva, e observando a tabela n.º 2 (abaixo demonstrada) e a tabela n.º 29 (Apêndice II – Modalidades/Disciplinas) constatamos que o atletismo destaca-se como o desporto mais praticado (39,1%), sendo este representado principalmente por atletas das disciplinas de fundo e meio fundo (65,3%) pertencentes à modalidade de corrida (72,9%). Quanto às modalidades de saltos e lançamentos, temos uma representação de 3,8% e 23,1% respetivamente.

Em segundo lugar, temos os desportos de equitação e futebol, correspondendo cada um deles a 19,6%, dividindo-se o primeiro nas suas modalidades, sendo estas o concurso completo de equitação (27,3%), *dressage* (9,1%) e salto de obstáculos (63,6%). O futebol é representado na sua totalidade por atletas da modalidade de futsal. Seguidamente, com 4,3% cada, veem as artes marciais (karaté e kickboxing 50%/50%), tiro (pistola), orientação (orientação 66,7% e orientação/BTT 33,3%) e canoagem. Por fim, temos o triatlo e o ténis com um só representante cada.

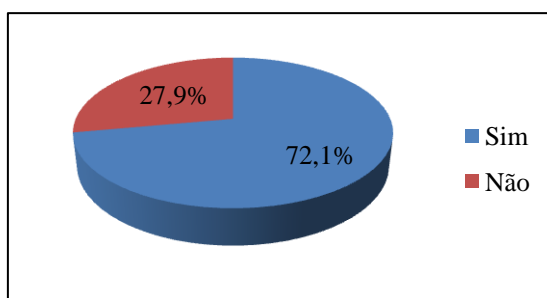


Figura n.º 4- Militares que já representaram a GNR em competições

Tabela n.º 3- Por desportos militares que já representaram a GNR

	Frequência	Percentagem
Tiro	2	6,1
Outros	2	6,1
Atletismo	16	48,5
Equitação	9	27,3
Futebol	2	6,1
Orientação	2	6,1
<i>Total</i>	<i>33</i>	<i>100,0</i>

Foi questionado aos inquiridos se já representaram a GNR em competições, ao qual 27,9% responderam “Não” e 72,1% responderam “Sim”, como podemos constatar na figura n.º 4. Dos 72,1% que responderam “Sim”, apresenta-se na tabela n.º 3 o desporto que praticam, constatando-se que a moda corresponde ao atletismo (48,5%), seguido da equitação (27,3%).

Tabela n.º 4 - Treinos por semana

	Frequência	Percentagem
1-3 vezes	12	27,9
4-6 vezes	12	27,9
7-11 vezes	11	25,6
> 12 vezes	8	18,6
<i>Total</i>	<i>43</i>	<i>100,0</i>

Na segunda parte do questionário, relativamente aos horários de treino e infraestruturas desportivas, percebemos que, conforme a tabela n.º 4, a moda, relativamente à quantidade de vezes que os militares treinam por semana, se situa em 1 - 3 vezes e 4 - 6 vezes com 27,9% cada, seguidas de 7 - 11 vezes por 25,6% e, por fim, mais que 12 vezes com 18,6%.

Tabela n.º 5- Horas de treino/dia

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
1h-2h	25	58,1	59,5
2h-3h	7	16,3	16,7
3h-4h	8	18,6	19,0
> 4h	2	4,7	4,8
<i>Total</i>	<i>42</i>	<i>97,7</i>	<i>100,0</i>
<i>Omissos</i>	<i>1</i>	<i>2,3</i>	
<i>Total</i>	<i>43</i>	<i>100,0</i>	

Quanto ao número de horas de treino por dia, observamos na tabela n.º 5 que a moda situa-se no período entre 1h – 2h (58,1%), seguida de 3h – 4h (18,6%), 2h – 3h (16,3%) e, por fim, mais que 4h (4,7%).

Relativamente a se a GNR dá horas aos seus atletas para treinarem, constatamos através da tabela n.º 6 que a moda se situa em 0h concedidas (51,2%), seguido de 3h (16,3%), 2h (11,6%), mais que 4h (9,3%) e, por fim, 1h (7%).

Tabela n.º 6 - Horas concedidas diariamente para treinar

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
0h	22	51,2	53,7
1h	3	7,0	7,3
2h	5	11,6	12,2
3h	7	16,3	17,1
> 4h	4	9,3	9,8
<i>Total</i>	<i>41</i>	<i>95,3</i>	<i>100,0</i>
<i>Omissos</i>	<i>2</i>	<i>4,7</i>	
<i>Total</i>	<i>43</i>	<i>100,0</i>	

Tabela n.º 7- Por desportos militares a que a GNR já concedeu horas para treinar

	Frequência	Percentagem
Tiro	1	5,6
Artes Marciais	1	5,6
Atletismo	8	44,4
Equitação	7	38,9
Orientação	1	5,6
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100</i>

De forma a associarmos esta cedência de horas para treinar aos desportos praticados, foi efetuada uma comparação na tabela n.º 7, sendo concluído que são os atletas de atletismo (44,4%) que mais beneficiam da concessão de um período para poderem treinar. Estes são imediatamente seguidos pelos atletas de equitação, com 38,9%. No tiro, artes marciais e orientação houve essa concessão apenas para um militar (5,6%). Todos os outros militares não tiveram qualquer cedência de horas para treinar.

Tabela n.º 8 - Por unidades militares a quem a GNR já concedeu horas para treinar

	Frequência	Percentagem
CG	2	11,1
CTer	3	16,7
EG	6	33,3
UI	2	11,1
USHE	5	27,8
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100,0</i>

Ainda no seguimento da concessão de horas para treinar por parte da GNR, fizemos outra comparação dos atletas que beneficiaram dessa concessão com as unidades onde os mesmos estão colocados e, como observado na tabela n.º 8, constatamos que dos 18 militares que beneficiaram da concessão, a moda encontra-se nos colocados na EG (33,3%), seguida pela USHE (27,8%), os colocados nos CTer (16,7%) e, por fim, o CG e a UI com apenas 11,1 % cada.

Tabela n.º 9 - Períodos utilizados para treinar

	Frequência	Percentagem
00h-09h	10	16,7
09h-17h	17	28,3
17h-00h	33	55,0
Total	60	100,0

Tabela n.º 10 - Por desportos os atletas que treinam no período 09h-17h

	Frequência	Percentagem
Atletismo	9	56,3
Equitação	7	43,8
Total	16	100,0

Tabela n.º 11 - Por unidades os atletas a que treinam no período 09h-17h

	Frequência	Percentagem
CG	2	12,5
CTer	4	25,0
EG	4	25,0
UI	1	6,3
USHE	5	31,3
Total	16	100,0

Questionado aos inquiridos quais os períodos do dia que os atletas utilizam para treinar, notámos que, conforme observado na tabela n.º 9, mais de metade utiliza o período após o serviço normal, 17h-00h com 55%, seguido do período correspondente ao período normal de serviço, 09h-17h com 28,3% (excetuando os militares que trabalham por turnos) e o período 00h-09h com 16,7%, correspondendo normalmente aos atletas que treinam antes de entrar ao serviço.

Para perceber quem são os militares que têm possibilidade de treinar no período das 09h-17h foi efetuada uma comparação com o desporto praticado e unidade em que estão colocados.

Relativamente ao desporto praticado percebemos através da tabela n.º 10 que apenas alguns militares têm essa possibilidade, os de atletismo (56,3%) e os de equitação (43,8%).

Quanto às unidades a que esses mesmos atletas pertencem, na tabela n.º 11 constatamos que 31,3% corresponde à USHE, 25% aos CTer, outros 25% à EG, 12,5% ao CG e 6,3% à UI. Se fizermos a separação entre unidades aquarteladas e unidades territoriais, apercebemo-nos que a maioria encontra-se em unidades aquarteladas (75%) e apenas os restantes se encontram espalhados pelo dispositivo territorial (25%).

Tabela n.º 12- Infraestruturas desportivas de propriedade da GNR utilizadas

	Frequência	Percentagem
Nenhuma	17	29,8
Campo de futebol	2	3,5
Carreira de tiro	2	3,5
Dojo	2	3,5
Ginásio	11	19,3
Picadeiro	8	14,0
Pista de corta mato	10	17,5
Outra	5	8,8
Total	57	100,0

Passando ao estudo da utilização de infraestruturas desportivas pelos militares para treinar, foi questionado quais as utilizadas de propriedade da GNR, de propriedade pública e de propriedade privada.

Relativamente às infraestruturas desportivas utilizadas de propriedade da GNR, conseguimos perceber através da tabela n.º 12 que a moda se situa na resposta “Nenhuma” (29,8%), o que se compreende, dado a escassez de infraestruturas desportivas na GNR, bem como a sua centralização nas unidades aquarteladas, principalmente na EG. Em seguida é enunciado o uso do ginásio (19,3%) e o de pista de corta mato (17,5%), uma vez que são as infraestruturas que mais existem nas unidades aquarteladas da GNR ou suas imediações.

Tabela n.º 13 - Problemas apontados relativamente às infraestruturas da GNR

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
As condições deficitárias	10	21,7	22,2
Não existe prioridade em relação aos outros utilizadores	3	6,5	6,7
Inexistência	12	26,1	26,7
Pouca disponibilidade para as utilizar	3	6,5	6,7
Outros	3	6,5	6,7
Nada a referir	14	30,4	31,1
<i>Total</i>	45	97,8	100,0
<i>Omissos</i>	1	2,2	
<i>Total</i>	46	100,0	

Quanto aos problemas mais apontados pelos inquiridos relativamente às infraestruturas desportivas da GNR, constatamos com a tabela n.º 13 que, tirando os casos que não têm nada a referir (30,4%), a maioria considera que se depara com a inexistência de infraestruturas (26,1%) e que as condições são deficitárias (21,7%). Esta opinião é justificável, uma vez que a GNR não tem infraestruturas tais como um pavilhão gimnodesportivo ou uma pista tartan, e alguns dos seus campos de futebol e ginásios apresentam um nível inadequado ao desejado pelos atletas.

Tabela n.º 14 - Infraestruturas desportivas de propriedade pública utilizadas

	Frequência	Percentagem
Nenhuma	6	6,9
Campo de futebol	5	5,7
Carreira de tiro	2	2,3
Ginásio	6	6,9
Pavilhão Gimnodesportivo	11	12,6
Picadeiro	3	3,4
Piscina	8	9,2
Percursos naturais	11	12,6
Pista corta mato	6	6,9
Pista Tartan	22	25,3
Rios/Canais/Mar	2	2,3
Outras	5	5,7
<i>Total</i>	87	100,0

Quanto ao uso de infraestruturas desportivas de propriedade pública, ao observar os resultados da tabela n.º 14 percebemos que as mais utilizadas são aquelas que não existem na GNR, a pista tartan (25,3%) e o pavilhão gimnodesportivo (12,6%). Também os percursos naturais são muito utilizados (12,6%), o que se justifica pelos espaços ao ar livre existentes na maioria das localidades, que possibilitam correr ou até mesmo fazer circuitos gratuitamente.

Tabela n.º 15 - Infraestruturas desportivas de propriedade privada utilizadas

	Frequência	Percentagem
Nenhuma	10	18,2
Campo de futebol	1	1,8
Carreira de tiro	1	1,8
Dojo	2	3,6
Ginásio	6	10,9
Pavilhão Gimnodesportivo	5	9,1
Percursos naturais	3	5,5
Picadeiro	7	12,7
Piscina	1	1,8
Pista corta mato	10	18,2
Pista Tartan	7	12,7
Outras	2	3,6
Total	55	100,0

Por fim, quanto às infraestruturas desportivas de propriedade privada, observamos na tabela n.º 15, que na sua maioria os militares não as utilizam (18,2%), o que se justifica, dado que a sua utilização muitas vezes acarreta custos. Também as pistas corta mato são bastante utilizadas, o que também é justificável pelo facto de serem infraestruturas que normalmente são gratuitas. O picadeiro (12,7%), a pista tartan (12,7%), o ginásio (10,9%) e o pavilhão gimnodesportivo (9,1%) têm também resultados com alguma significância, justificando-se pela pertença de muitos atletas a equipas e/ou seleções que têm as suas próprias infraestruturas ou protocolos criados com outras entidades para que estes as utilizem.

Tabela n.º 16 - Infraestruturas desportivas que os militares gostariam de ter utilizado

	Frequência	Percentagem
Ginásio	3	12,5
Centro de Estágio	4	16,7
Pavilhão Gimnodesportivo	5	20,8
Utilizar os do exército	1	4,2
Campo de ténis	1	4,2
Picadeiro de piso sintético	1	4,2
Pista tartan	3	12,5
Pista de galope	1	4,2
Campo de obstáculos	1	4,2
Pista de canoagem	1	4,2
Centro de estágio em altitude	2	8,3
Carreira de tiro (50m)	1	4,2
Total	24	100,0

De forma a perceber quais as maiores necessidades que os atletas têm relativamente às infraestruturas necessárias à sua preparação, foi-lhes perguntado quais as que gostariam de ter utilizado. E, como podemos presenciar na tabela n.º 16, as opções mais seleccionadas foram o pavilhão gimnodesportivo (20,8%), visto que este serve para o treino de desportos coletivos, como o futsal, para outro tipo de exercícios de preparação de outras modalidades e para se treinar em dias de chuva ou frio. Também o centro de estágio (16,7%) e a pista tartan (12,5%) foram infraestruturas mencionadas com relevância pelos militares, sendo a primeira primordial à preparação dos atletas de alta competição e a segunda uma infraestrutura de grande importância, principalmente para o atletismo, mas também para outros fins.

Tabela n.º 17- Militares com condições especiais na utilização das infraestruturas desportivas

	Frequência	Percentagem
Preço	5	10,9
Horários	7	15,2
Utilização prioritária	4	8,7
Transporte	5	10,9
Outras	2	4,3
Nenhuma	23	50,0
Total	46	100,0

Foi perguntado aos militares se usufruíram de alguma condição especial na utilização das infraestruturas para a sua preparação diária. Na tabela n.º 17, observamos que 50% não usufruiu. Quanto aos restantes, usufruíram de condições especiais em relação a horários (15,2%), preços (10,9%), transporte (10,9%) e outros menos significativos.

Tabela n.º 18 - Militares que já utilizaram um Centro de Estágio

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Sim	11	25,6	26,2
Não	31	72,1	73,8
Total	42	97,7	100,0
Omissos	1	2,3	
<i>Total</i>	<i>43</i>	<i>100,0</i>	

Foi investigada também a quantidade de atletas que já tiveram a oportunidade de utilizar um Centro de Estágio. E, conforme observável na tabela n.º 18, apenas 25,6% dos inquiridos teve essa oportunidade, tendo 72,1% respondido que nunca utilizou. Foi também pedido que os mesmos mencionassem quais os centros de estágio que utilizaram, tendo sido obtidos os dados da tabela n.º 30 (Apêndice II – Centros de Estágio utilizados), onde podemos constatar que o mais utilizado foi o Centro de Alto Rendimento do Jamor (18,2%), que se encontra em Lisboa (local onde se situam todas as unidades aquarteladas em estudo), e que tem das melhores condições para a preparação, principalmente dos atletas de atletismo. Também constatámos que o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho tem uma utilização de 9,1% por parte dos militares atletas da canoagem, e o Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD) com a mesma percentagem, neste caso, por atletas de equitação.

Tabela n.º 19 - Principais dificuldades quanto ao uso de Centro de Estágios

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Distância	6	16,2	16,2
Falta de apoio	5	13,5	13,5
Impossibilidade de acesso	1	2,7	2,7

Preço	5	13,5	13,5
Outro	1	2,7	2,7
Nada a referir	19	51,4	51,4
Total	37	100,0	100,0

Na tabela n.º 19 podemos observar quais os principais motivos que dificultam a utilização de centros de estágio, sendo a distância apontada com maior frequência (16,2%), pois nem sempre os militares conseguem estar colocados no local geográfico que melhor se adequa à sua preparação. Isto vai de encontro aos atletas de canoagem, que podem não ter a possibilidade de ficar colocados num local com rios/canais/mar, o que se pode coadunar com a segunda maior dificuldade enunciada, a falta de apoio (13,5%). Também de encontro a esta última dificuldade está o preço (13,5%), pois sem apoio, os militares nem sempre têm condições para suportar os custos da utilização de um centro de estágio.

Tabela n.º 20 - Dificuldades encontradas como atleta enquanto militar da GNR

	Frequência	Percentagem
Conciliar carreira militar/carreira atleta	1	2,6
Desigualdade entre desportos	1	2,6
Despesas	3	7,9
Dificuldades de horário	14	36,8
Dispensas de serviço/dias de mérito	5	13,2
Falta de apoio/compreensão/reconhecimento da instituição	9	23,7
Infraestruturas	5	13,2
Total	38	100,0

Para concluir a segunda parte, foi questionado aos inquiridos quais as principais dificuldades que os mesmos encontraram enquanto atletas e militares da GNR. Na tabela n.º 20 conseguimos observar que a moda se encontra na resposta “dificuldades de horário” (36,8%). Esta dificuldade é fortemente refletida nos militares que, além de serem atletas, prestam também o normal serviço na GNR, tal como todos os outros militares. Estes atletas têm também de conciliar as grandes exigências que os treinos implicam torna-se muito complicado ao militar gerir a sua vida profissional, atlética e pessoal.

Outra dificuldade apontada por 23,7% dos militares é a “falta de apoio/compreensão/reconhecimento da instituição”. Esta dificuldade apontada transparece o facto de a GNR não ter uma estrutura que apoie e suporte o desporto de competição como algo de relevante à instituição e, por isso, existe a falta de alguma sensibilidade face às exigências e dificuldades que o desporto de competição acarreta para um atleta que está vinculado a uma profissão como a de militar da GNR.

Como era de esperar depois da análise a questões anteriores, as “infraestruturas” (13,2%) também foram apontadas como obstáculo encontrado pelos militares, devido à escassez das mesmas e ao facto de as existentes se apresentarem em condições consideravelmente limitadas e estarem localizadas na sua grande maioria em unidades aquarteladas.

Quanto às “dispensas de serviço/dias de mérito” (13,2%), são refletidas as dificuldades dos militares ao quererem deslocar-se às competições, muitas delas fora de Portugal, pois têm que, na maioria das vezes, utilizar as férias e folgas para poderem participar nas várias competições. O mesmo verifica na concessão de licenças de mérito, pois estas estão condicionadas a apenas um máximo de dez dias por ano civil (subcapítulo 3.4.). Ora, aqueles militares que participam em dezenas de provas por ano, nunca se poderão apoiar nesta quantidade de dias para usá-los, não só para se deslocarem às competições, mas também para efetuarem o repouso de treinos e competições, que muitas vezes é tão importantes como os próprios treinos.

Tabela n.º 21 - Participações em Jogos Olímpicos

	Frequência
Participações	3
1.º Clas. Ind.	0
1.º Clas. Eq.	0
2.º Clas. Ind.	0
2.º Clas. Eq.	0
3.º Clas. Ind.	0
3.º Clas. Eq.	0
Compensações Governo	0
Compensações GNR	
Ajudas de Custos	0
Dias de mérito	0
Louvores	0
Compensações Outros	0

Na terceira parte do questionário, foi perguntado aos inquiridos quais as suas participações, classificações de pódio e apoios que obtiveram por parte do governo, da GNR e outros organismos.

Quanto às participações nos Jogos Olímpicos (JO), como observado na tabela n.º 21, houve três participações, tendo sido estas nos JO de Atlanta (1996), Sidney (2000) e Barcelona (1992). Em Atlanta, o atleta participou nos 5000m, ficando em 27º classificado, tendo também o mesmo, em Sidney, conquistado o 14º lugar nos 10000m. O outro atleta foi semifinalista em Barcelona, também no desporto de atletismo. Quanto a compensações, estes atletas de alta competição não tiveram nada a referir.

Tabela n.º 22 - Participações em Campeonatos do Mundo Cívics

	Frequência
Participações	35
1.º Clas. Ind.	1
1.º Clas. Eq.	0
2º Clas. Ind.	1
2º Clas. Eq.	0
3º Clas. Ind.	1
3º Clas. Eq.	2
Compensações Governo	3
Compensações GNR	
Ajudas de Custos	0
Dias de mérito	1
Louvores	0
Compensações Outros	4

Passando para outro tipo de competições também de topo mundial, não fossem elas chamadas de campeonatos do mundo, constatamos que nos vários desportos e modalidades temos um total de 35 participações, nomeadamente nos Campeonatos do Mundo de Maratonas, de Pista, de Corta Mato, de Estrada, de Orientação e de Canoagem, tendo sido neste último atribuído o título de campeão a um militar da GNR, no passado mês de junho. Na tabela n.º 22 observamos que alguns inquiridos detêm resultados como um primeiro classificado individual, um segundo classificado individual, um terceiro classificado individual e dois terceiros classificados por equipa. Quanto às compensações, observámos algumas, como três por parte do governo, dias de mérito conferidos pela GNR a um militar

e compensações por parte de outros organismos a quatro dos inquiridos, normalmente patrocínios.

É facilmente observável que, considerando o número de participações que estes militares já obtiveram em campeonatos do mundo civis, o apoio da GNR, nomeadamente com dias de mérito, é praticamente inexistente. Esta constatação vai de encontro à opinião de alguns dos militares atletas, que sentem que a instituição não reconhece o esforço e representação que os mesmos fazem de Portugal de um modo direto e da instituição, direta ou indiretamente, dependendo se os mesmos vão em representação da GNR ou das suas equipas e/ou federações.

Tabela n.º 23 - Participações em Jogos Mundiais Militares

	Frequência
Participações	30
1.º Clas. Ind.	2
1.º Clas. Eq.	5
2º Clas. Ind.	3
2º Clas. Eq.	2
3º Clas. Ind.	3
3º Clas. Eq.	1
Compensações Governo	0
Compensações GNR	
Dias mérito	0
Louvores	0
Ajudas Custos	1
Compensações Outros	1

No que concerne a participações internacionais em Jogos Mundiais Militares, refere a tabela n.º 23 que houve 30 participações, nomeadamente no *World Police Futsal Tournament* e nas competições CISM, como os Campeonatos do Mundo de Orientação Militar. Nestas participações, contámos com dois primeiros lugares individuais e cinco por equipas, três segundos lugares individuais e dois por equipas e três terceiros lugares individuais e um por equipa. Apesar de serem competições no âmbito militar, continua-se a constatar que o apoio da GNR continua quase inexistente, tendo apenas um militar obtido ajudas de custo na inscrição para uma competição.

Tabela n.º 24 - Participações em Campeonatos da Europa Civis

	Frequência
Participações	21
1.º Clas. Ind.	1
1.º Clas. Eq.	0
2.º Clas. Ind.	0
2.º Clas. Eq.	0
3.º Clas. Ind.	1
3.º Clas. Eq.	0
Compensações Governo	1
Compensações GNR	
Dias mérito	0
Louvores	0
Ajudas de Custos	0
Compensações Outros	1

Podemos observar na tabela n.º 24 os resultados obtidos nos Campeonatos da Europa civis. Nestas competições, registaram-se 21 participações, nomeadamente nos Campeonatos da Europa de Pista, de Corta Mato, de Canoagem e de Orientação. Nestas participações obtiveram-se um primeiro e um terceiro lugar individuais. Quanto às compensações, apenas foram registadas uma por parte do governo e outra por parte de outros organismos; quanto às compensações por parte da GNR não há nada a registar.

Tabela n.º 25 - Participações em Jogos Europeus Militares

	Frequência
Participações	4
1.º Clas. Ind.	0
1.º Clas. Eq.	0
2.º Clas. Ind.	0
2.º Clas. Eq.	0
3.º Clas. Ind.	1
3.º Clas. Eq.	1
Compensações Governo	0
Compensações GNR	
Ajudas de Custos	0
Dias mérito	0
Louvores	0
Compensações Outros	0

Ainda a nível europeu, observamos na tabela n.º 25 os Jogos Europeus Militares com quatro participações, nomeadamente duas no Campeonato da Europa de Meia Maratona (1997) e duas na Taça Ibérica de Futsal (2010 e 2011). Nestas participações obteve-se um terceiro lugar individual e um por equipas. Quanto a compensações, mais uma vez, não há nada a registar.

Tabela n.º 26 - Participações em Campeonatos Nacionais Civis

	Frequência
Participações	220
1.º Clas. Ind.	118
1.º Clas. Eq.	1
2º Clas. Ind.	32
2º Clas. Eq.	2
3º Clas. Ind.	22
3º Clas. Eq.	0
Compensações Governo	0
Compensações GNR	
Ajudas de custas	1
Dias mérito	2
Louvores	0
Compensações Outros	6

Relativamente a Campeonatos Nacionais civis, constatou-se que foi o tipo de competições com mais participações (220), tal como podemos observar na tabela n.º 26. Entre estas participações nomeiam-se algumas, como o Campeonato Nacional Inatel Futsal; Provas da Federação Equestre Portuguesa; Campeonato de Portugal de Cavalos Novos de *Dressage*; Taça de Portugal de *Dressage*; Campeonatos Nacionais de Estrada, de Corta Mato, de Orientação, de Pista, de Maratonas, de Fundo e de Karaté.

Nestas participações foram atingidas importantes classificações em largo número, contando com 118 primeiros lugares individuais e um por equipas, 32 segundos lugares individuais e dois por equipas e 22 terceiros lugares individuais. Quanto às compensações obtidas nestas 220 participações, contamos com zero da parte do Governo e seis por parte de outros organismos. Quanto às compensações por parte da GNR, observamos que são desproporcionais às participações e classificações registadas, resumindo-se a dois militares que beneficiaram de dias de mérito e um que beneficiou de ajudas de custo.

Tabela n.º 27 - Participações em Campeonatos Nacionais Militares

	Frequência
Participações	167
1.º Clas. Ind.	69
1.º Clas. Eq.	5
2º Clas. Ind.	13
2º Clas. Eq.	2
3º Clas. Ind.	17
3º Clas. Eq.	1
Compensações Governo	0
Compensações GNR	
Ajudas de custos	0
Dias mérito	13
Louvores	2
Compensações Outros	3

Quanto aos Campeonatos Nacionais Militares, constatamos na tabela n.º 27 que foram registadas 167 participações, contando com participações na Semana Equestre Militar; Campeonatos da GNR de Corta Mato, Meia Maratona e Atletismo, Campeonato de Corta Mato das Forças Armadas; Campeonato de Corta Mato da Guarda Fiscal; Campeonato Nacional Militar de Corta Mato e Campeonato Nacional Militar das Forças Armadas. Nestas participações foram obtidos 69 primeiros lugares individuais e cinco por equipas; 13 segundos lugares individuais e 2 por equipas; e 17 terceiros lugares individuais e um por equipas. Quanto a compensações, temos registado 13 militares que já obtiveram dias de mérito e dois que já obtiveram louvores. Também foram registadas três compensações por parte de outros organismos.

Estas competições foram aquelas nas quais os militares tiveram mais apoio da Guarda, como podemos observar, sendo isto justificável devido ao facto destas competições serem organizadas pela própria Guarda. Desta forma, a participação dos militares da GNR é inteiramente enquadrada pela instituição, desde as inscrições à atribuição de prémios.

Por último, questionaram-se as participações em Campeonatos Regionais/Distritais, observando-se na tabela n.º 28 (Apêndice II – Participações em Campeonatos Regionais/Distritais) uma grande participação dos militares, contando com 99 participações em provas como: a Liga de Futsal Inatel, Campeonato Distrital de Futebol da

Associação de Futebol de Viseu, Campeonatos Regionais de Corta Mato de Vila Real, Corta Mato de Braga, Corta Mato de Lisboa, de Pista, de Maratona, de Fundo e de Karaté.

Nestas participações foram registados quatro primeiros lugares individuais e três por equipa, quatro segundos e quatro terceiros lugares individuais. Três dos militares obtiveram compensações por parte de vários organismos. Aqui, o apoio da GNR não é registado, o que de certa forma se entende, sendo competições de um nível relativamente baixo, comparado com as demais competições anteriormente analisadas.

6.3. Análise das Entrevistas

Para a aplicação desta entrevista foram escolhidos dois militares atletas, ambos do sexo masculino, sendo o entrevistado 1 (E1) Cabo com 44 anos de idade, na GNR há 21 anos, e o entrevistado 2 (E2) Guarda de 31 anos de idade, na GNR há oito anos. Estes dois militares foram escolhidos devido ao facto de ambos beneficiarem do estatuto de atleta de alta competição, o E1 no desporto atletismo (corrida) e o E2 na canoagem. Também relevante na escolha foi o facto de se encontrarem em contextos muito diferentes, estando o E1 colocado na EG, uma unidade aquartelada, e o E2 num Posto Territorial.

Quadro n.º 1- Análise da pergunta n.º 1

P1- Quais as infraestruturas que gostaria que a GNR tivesse para poder utilizar para a sua preparação?	
	Ideias Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “A infraestrutura desportiva mais necessária é uma pista de Atletismo (pista tartan) porque grande parte da nossa preparação é efetuada nesse local”; • “Seria também uma infraestrutura desportiva importante para a Escola da Guarda, uma vez que poderia ser utilizada para outros fins”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Ginásio e condições de recuperação/reabilitação física”.

Começando pela pergunta n.º 1 (P1), “*Quais as infraestruturas que gostaria que a GNR tivesse para poder utilizar para a sua preparação?*”, o E1 refere, como observado no quadro n.º 1, a importância da existência de uma pista tartan na EG, sendo essa uma infraestrutura essencial à preparação dos atletas, principalmente de atletismo. Estando esta na EG poderia ser utilizada para outros fins, principalmente para os cursos ministrados na

EG treinarem e serem avaliados nas provas físicas e para os candidatos à GNR realizarem as provas de ingresso.

Quanto ao E2, este refere que seria importante a existência de infraestruturas como um ginásio e condições para que pudesse realizar a recuperação/reabilitação física. Tal resposta vai de encontro ao facto de este ser um militar que presta serviço num posto territorial, sendo sabido que na GNR os ginásios existentes estão concentrados nas unidades aquarteladas. Uma vez que os militares espalhados pelo dispositivo territorial também têm o direito e, mais que isso, o dever de cuidar da sua condição física, seria de todo pertinente a existência, dentro dos possíveis, de ginásios no dispositivo territorial ou a realização de protocolos com outras entidades que os possuam. Quanto às condições de recuperação/reabilitação física, este militar, sendo um atleta de alta competição, está ciente que, por vezes, este processo é tão importante quanto a preparação para as competições. Logo, seria fulcral que estes militares tivessem não só estruturas que permitissem a realização deste processo, fossem elas propriedade da GNR ou protocolos criados por esta, mas também adaptações horárias para que este processo fosse possível.

Quadro n.º 2- Análise da pergunta n.º 2

P2- Na sua opinião considera que a GNR dá o devido valor e apoio aos seus militares que praticam desporto de competição?	
Ideias Chave	
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “Considero que sim”; • “A GNR tem tentado oferecer aos seus Atletas/Militares as condições possíveis para que os atletas possam representar a GNR e o País ao mais alto nível”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Não inteiramente”.

Relativamente à P2, referida no quadro n.º2, é perguntado aos entrevistados se consideram que a GNR dá o devido valor aos seus militares atletas de competição. O E1 considera que sim, mencionando que, na sua opinião, a GNR tem vindo a facultar ao longo dos anos condições ajustáveis, dentro do possível, aos seus militares/atletas. Este considera ainda que tais condições permitem que os atletas possam representar a GNR e Portugal ao mais alto nível. Já o E2 tem uma opinião completamente oposta, afirmando que a GNR não dá apoio aos seus militares.

Estas opiniões completamente opostas entre os dois atletas são de certa forma compreensíveis, tendo em conta os dados analisados nos questionários. O primeiro pratica

o desporto com maior representatividade na GNR e está colocado na EG, uma unidade aquartelada que possui um sistema próprio de apoio aos atletas, como explicado no subcapítulo 3.4. deste trabalho; o segundo pratica um desporto que não é tão representativo e reconhecido pela GNR e está colocado num posto territorial para onde foi recentemente transferido, pouco tempo antes de participar no Campeonato Mundial, onde, ao contrário do posto onde estava anteriormente, não tem infraestruturas e locais para praticar canoagem, desporto este que, por razões óbvias, necessita de um rio/canal/mar para o seu exercício.

Quadro n.º 3- Análise da pergunta n.º 3

P3- Refira algumas dificuldades encontradas como atleta enquanto militar da GNR.	
	Ideias Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “ (...) a recuperação é um fator muito importante para melhorar o rendimento desportivo (...)”; • “ (...) serviços para desempenhar que por vezes não são os mais adequados para que a recuperação após o treino (...)”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Falta de condições (...)”; • “ (...) tempo para a preparação (...)”; • “ (...) concessão de tempo para a participação nas competições (...)”; • “ (...) falta de compreensão (...)”.

No quadro n.º 3 podemos analisar as dificuldades que estes militares encontram enquanto atletas e militares da GNR. O E1 refere a recuperação como uma das dificuldades sentidas, sendo esta um fator essencial ao rendimento desportivo. O mesmo refere ainda que existem serviços desempenhados na GNR inadequados à recuperação necessária após os treinos. Quanto ao E2, o mesmo aponta dificuldades como a falta de condições para a prática da modalidade, o tempo que não tem para a sua preparação, bem como a falta de concessão de tempo para deslocação às competições. Este facto vem confirmar a situação em que se encontram muitos militares, que têm que prescindir das suas férias e folgas para se deslocarem às competições nacionais e internacionais. Por último, este entrevistado salienta a falta de compreensão por parte da GNR e por parte dos pares, que não tendo cultura desportiva ou não compreendendo a importância e benesse que estes atletas trazem para a GNR, não aceitam um trato diferente por parte da instituição com os atletas.

Quadro n.º 4 - Análise da pergunta n.º 4

P4- Quais as condições/benefícios que considera que seriam possíveis criar para melhorar as condições dos atletas na GNR?	
	Ideias Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “ (...) a GNR tem oferecido condições razoáveis aos seus atletas, permitindo que os mesmos tenham tempo para a sua preparação”; • “ (...) os seus Atletas têm alcançado resultados de relevo, tanto nacional como internacional”; • “ (...) a imagem da GNR tem saído beneficiada, tendo já sido alvo de homenagem por parte da F. P. Atletismo”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Criar durante o período competitivo tempo e apoio para os atletas em termos de criar/distribuir os atletas em funções compatíveis para a preparação”; • “ (...) flexibilização do horário”.

No quadro n.º 4 é analisada a P4, onde é questionado quais as condições/benefícios que poderiam ser criados para melhorar as condições dos atletas na GNR.

Por um lado, o E1 menciona que “a GNR tem oferecido condições razoáveis”, e que tal facto é constatável através dos resultados obtidos pelos militares em competições nacionais e internacionais e também através do reconhecimento feito à GNR por parte da Federação Portuguesa de Atletismo. Por outro lado, o E2 rebata que há importantes pontos a considerar quanto às condições específicas exigíveis, nomeadamente atribuindo aos militares funções compatíveis com a sua preparação em período próximo das competições, bem como a flexibilidade de horários para a prática da modalidade. Pudemos assim observar duas opiniões de duas realidades muito distintas quanto à unidade em que estão colocados, visto que o E1 consegue ter uma certa flexibilidade de horários para treinar e o E2 não tem qualquer tipo de flexibilidade dessa natureza para melhorar a sua preparação.

Quadro n.º 5 - Análise da pergunta n.º 5

P5- Deve a GNR criar um clube próprio para os seus atletas? Porquê?	
	Ideias Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “ (...) não tenho opinião formada a esse respeito”; • “ (...) parece-me difícil que isso possa acontecer”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim”; • “ (...) fazer o que gostam conciliando com o desempenho das missões da Guarda”.

Na quinta pergunta da entrevista, como podemos observar no quadro n.º 5, foi perguntado se a GNR deve criar um clube para os seus atletas e porquê.

O E1 não tem opinião formada quanto a esta questão, considerando ainda assim que seria algo difícil de acontecer. Já o E2 considera que sim, pois seria uma forma de estes atletas se sentirem mais integrados na Guarda, fazendo aquilo que gostam e em que se sentem competentes.

Pode efetivamente não ser fácil a criação de uma equipa da GNR, mas também não seria de todo impossível, como se comprova na experiência da bem-sucedida equipa dos Carabinieri, como vimos no subcapítulo 4.2.. Os benefícios seriam consideráveis, com a criação da especialidade de desportista, a existência de infraestruturas necessárias e um sistema de apoio aos militares atletas.

Quadro n.º 6 - Análise da pergunta n.º 6

P6- Sendo atleta de Alta Competição, que estratégia deve seguir a GNR para os atletas de competição que são a grande maioria.	
Ideias Chave	
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) a GNR tem seguido a estratégia mais adequada (...);” • “(...) recuperação depois dos treinos deveria melhorar porque há serviços que prejudicam o rendimento dos atletas.”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) explorar mais as capacidades humanas existentes”; • “(...) divulgando perante a sociedade os seus militares no desporto dando uma imagem ativa, moderna e dinâmica.”

No quadro n.º 6 podemos analisar a P6, onde é questionado qual a estratégia a seguir pela GNR para apoiar os atletas de competição.

O E1 considera a estratégia seguida pela GNR adequada, embora refira que deveria ser dada mais importância à recuperação depois dos treinos, havendo serviços que prejudicam o rendimento dos atletas.

O E2 considera que a GNR deveria “explorar mais as capacidades humanas existentes”, para que, divulgando positivamente a GNR perante a sociedade, os seus militares atletas dessem uma “imagem ativa, moderna e dinâmica” da instituição.

Estes dois pontos de vista são, sem dúvida, de real pertinência, pois ao longo da investigação tem-se comprovado a necessidade de uma boa recuperação do atleta para o melhor rendimento desportivo; também é conhecida a importância de uma boa imagem

transmitida pelas instituições. E, nesta perspetiva, o desporto seria um ótimo veículo para a difusão dessa imagem e de aproximação da instituição à população.

Por último, foi questionado aos entrevistados quais as suas principais participações em competições, bem como respetivas classificações. Dessa forma, no quadro n.º 7 (Apêndice II), conseguimos perceber que ambos estão num nível elevado no panorama nacional e internacional. O E1 conta com duas participações nos JO e em diversos campeonatos do mundo e europeus. Este atleta obteve vários primeiros lugares e outros lugares de pódio em várias taças da Europa e campeonatos nacionais.

O E2, apesar de ainda não ter uma participação nos JO, conta com títulos como o de campeão e vice-campeão do mundo, campeão da Europa e 68 vezes campeão nacional nas várias modalidades.

Desta forma, é indiscutível que a GNR está repleta de militares que, através do seu esforço e aptidões, são capazes de atingir resultados muito difíceis e honrosos. E da mesma forma que estes elevam o nome de Portugal, também o podem fazer com a GNR, se esta os apoiar, valorizar e recompensar devidamente, acabando assim com o sentimento de frustração existente em muitos dos militares atletas.

6.4. Síntese do Capítulo

Neste capítulo, através de inquéritos por questionário aos militares atletas e entrevistas a militares atletas de alta competição, conseguimos fazer a análise exaustiva da população na qual incide o estudo do TIA, através de uma amostra significativa.

Ao longo deste capítulo, baseados no testemunho e opinião dos militares atletas de competição, fomos nos apercebendo da realidade existente na GNR relativamente ao enquadramento do desporto de competição, descobrindo algumas limitações, problemas, mas também possíveis melhorias a fazer, bem como a existência de diferentes realidades dependentes do desporto de competição praticado e unidade em que se esteja colocado.

Capítulo 7

Conclusões

7.1. Introdução

O presente trabalho propôs-se a perceber de que forma o desporto de competição está enquadrado na GNR, tendo sido efetuado um estudo teórico e prático e investigada, através dos métodos utilizados, uma amostra destes militares atletas.

Neste capítulo será feita a verificação das hipóteses empíricas inicialmente articuladas, dando assim resposta às perguntas derivadas, serão efetuadas reflexões finais sobre tudo que foi investigado ao longo do trabalho e será dado o modelo final proposto.

7.2. Verificação das Hipóteses

Começando pela hipótese 1 (H1), verificámos a sua veracidade após o estudo debruçado sobre a Gendarmerie e os Carabinieri. Quanto à primeira constatou-se que a mesma tem a sua própria equipa desportiva, constituída por atletas de alto nível que recebem apoio não só por parte da instituição mas também do governo. Quanto aos Carabinieri, estes têm um Centro Desportivo altamente desenvolvido, dividido em várias secções onde os vários desportos são praticados. Esta força abre concursos públicos para atletas de elevado nível para os acolher como atletas com preparação militar e policial. Esta força tem fortes relações com o governo e com a autoridade nacional desportiva, estabelecendo acordos como a construção de instalações desportivas para os Carabinieri pela autoridade desportiva. Depois de analisadas estas forças, constatámos que na GNR não existem estruturas semelhantes.

Relativamente à H2, constatámos que o atletismo é, sem dúvida o desporto mais representativo na amostra, estando a equitação em segundo lugar junto com o futsal. Tal facto deve-se à cultura do desporto não só portuguesa, mas também militar, e também ao apoio que federações nacionais como a FPA dão aos seus atletas. Quanto ao atletismo e à

equitação pudemos constatar que são os dois desportos com maior apoio por parte da GNR, embora não o suficiente. O primeiro tem o apoio que a EG dá através de mecanismos internos e o segundo encontra apoio na estrutura da GNR que tem uma unidade em que a sua missão é toda em volta da equitação (USHE).

Quanto à H3, verificámos que as dificuldades sentidas pelos atletas são muitas, em especial nos que estão no serviço territorial. Foi perceptível que os militares participantes em várias competições por ano não podem apoiar-se nos dias de mérito, pois estes são insuficientes e, por isso, estes militares muitas vezes só se conseguem deslocar às competições prescindindo das folgas e férias.

Relativamente à H4, esta foi comprovada quando comparados atletas de desportos mais representativos, como o atletismo e equitação, com atletas que praticam desportos não tão representativos, como a canoagem. Também tal se verifica entre os atletas que se encontram em unidades aquarteladas e os que se encontram no dispositivo territorial, uma vez que estes últimos não encontram qualquer tipo de infraestruturas da GNR para treinar. Constatou-se que as infraestruturas que fazem mais falta à GNR são a pista tartan e o pavilhão gimnodesportivo, pois é certo que a GNR será das únicas forças de segurança europeias que não as possui.

Na H5, constatámos que as competições onde se registou uma maior representatividade de militares da GNR foram os Campeonatos Nacionais civis, seguindo-se dos campeonatos nacionais militares, também com uma grande representatividade. Já a nível internacional, a representação em provas militares fica muito aquém da representação em competições civis. Foram registadas dezenas de participações em competições internacionais, o que demonstra a qualidade e nível dos militares atletas que a GNR possui., e que desta forma estariam mais que aptos a receber o apoio da instituição e dessa forma levar o nome da mesma além-fronteiras.

Como tudo o que é novidade acarreta as suas resistências, é sentida alguma apreensão quanto à obtenção de algum tipo de estatuto diferente por parte dos militares atletas em relação aos restantes. Contudo, sendo a GNR uma força do tipo gendarmerie, que se guia e troca conhecimentos com forças congéneres, este facto pode sustentar um novo apoio aos atletas que se aproxime das fortes estruturas que outras forças possuem neste campo.

7.3. Reflexões Finais

Ao longo deste estudo incidido nas condições encontradas pelos militares da GNR praticantes de desporto de competição, estudámos os mecanismos internos para o apoio dos mesmos. Foi também levada a cabo uma investigação de campo, através de questionários e entrevistas, com o objetivo de saber diretamente a opinião destes atletas sobre o assunto.

Quanto aos mecanismos existentes na GNR, verificámos que estes não são muitos e que se restringem a apenas um caso que permite aos militares terem períodos exclusivos para treinar, tendo assim um apoio específico para a sua preparação. Estes tipos de protocolos não se encontram noutros locais, tais como nos Comandos Territoriais, onde se concentra a principal massa humana de militares da GNR. Os atletas que aqui se encontram não têm qualquer tipo de apoio para treinar, a não ser a concessão de licenças por mérito que obtêm pelas suas classificações de pódio, e dois dias após as competições, que são consideradas insuficientes para apoiar os atletas na sua preparação e deslocação às competições.

Também se verificou uma forte carência de infraestruturas desportivas básicas, como um ginásio, pista tartan e pavilhão gimnodesportivo. Outro problema encontrado foi a falta de apoio e reconhecimento por parte da instituição, como foi verificado com a equipa de futsal. Ainda assim, estes militares conquistaram o título de campeões do mundo no Campeonato do Mundo de Futsal para Forças de Segurança, tendo sido Portugal o único país com uma representação não oficial da sua força de segurança. Também um militar atleta de canoagem com o estatuto de alta competição e defensor do título de campeão do mundo sente que a instituição não lhe dá o apoio que o mesmo necessita, referindo mesmo que a instituição o prejudica em situações como a sua colocação num posto de uma localidade onde não pode praticar a sua modalidade. Situações como estas são um exemplo dos entraves institucionais que os militares atletas de competição encontram na sua prática de desporto de elevado nível.

É importante fazer um reconhecimento merecido quanto ao esforço desmedido destes atletas para conseguirem alcançar os resultados obtidos, pois muitos deles tiveram, com grande dificuldade, que conciliar os seus treinos imprescindíveis, o seu serviço profissional e a sua vida pessoal.

7.4. Modelo Final

Após analisados todos os dados obtidos nesta investigação, é justificável uma estrutura institucional na GNR semelhante às de França e Itália. Desta forma seria concedido um maior apoio aos militares atletas.

Com isto, temos três apoios mais imediatos que se poderiam desenvolver. O primeiro seria a criação de vagas cativas para militares que demonstrem alto potencial atlético pudessem pedir transferência para a EG, onde poderiam melhor conciliar as suas funções profissionais com a prática da sua modalidade. O segundo consistiria uma maior flexibilidade de horários para treinarem e recuperarem, bem como dispensas para se deslocarem às competições. Por último seria equacionar a celebração de protocolos com as autarquias e clubes locais para utilização de infraestruturas desportivas, como com o Centro de Alto Rendimento do Jamor, onde os atletas, uma vez colocados na EG, poderiam utilizar em períodos concedidos pela GNR.

Num prazo mais longo, seria uma maior aposta nas infraestruturas, tendo a GNR uma grande carência neste âmbito. Para isso, seriam desenvolvidos alguns projetos com o governo nas áreas da administração interna e desporto para serem criadas infraestruturas na EG como um pavilhão gimnodesportivo e uma pista tartan, que são estruturas básicas e essenciais à prática de desporto. Sendo a EG um ponto central de apoio a atletas esta poderia servir de local de estágios em tempo de preparação para as provas. Estas infraestruturas na EG seriam úteis também a prática e avaliação física dos cursos ministrados na EG, bem como a realização das provas para os candidatos à Guarda.

Por último, seria de todo pertinente a GNR assumir-se como um clube desportivo, em que os seus militares atletas usariam o símbolo da GNR em todas as competições, mostrando o desporto como uma estrutura que a GNR valoriza, fosse através da própria Guarda ou através de uma associação em representação GNR com o apoio desta.

Com a criação de algumas condições e com o reconhecimento da instituição poderia o desporto ser uma grande forma de representatividade da GNR e, assim, elevar e levar além-fronteiras o nome da Guarda, tal como a Banda da GNR, o Carrocel Moto e a Charanga a Cavalos o fazem há muito.

Referências Bibliográficas

Internet:

Arma dei Carabinieri. Retirado; junho, 4, 2012, de <http://www.carabinieri.it>;

Conseil International du Sport Militaire. Retirado; junho, 5, 2012, de <http://www.cism-milспорт.org>;

Leitão, F. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Sociais*. Retrieved from the web June 02, 2012;

Official website of the Olympic Movement. Retirado; maio, 26, 2012, de <http://www.olympic.org>;

SportAcoord - International Sports Federation. Retirado; junho, 1, 2012, de <http://www.sportaccord.com>;

VSAI - Inovação. Retirado; junho, 6, 2012, de <http://www.vsai.pt/amostragem.php>.

Legislação e documentos oficiais:

Academia Militar – Direção de Ensino. (2011). Norma de Execução Permanente [NEP] n.º 520/DE de 30 de junho. Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros trabalhos de investigação;

Acordo-Quadro entre os Ministros franceses da Defesa e dos Desportos. 8 de abril de 2003;

Decreto-Lei n.º 123/96 (1996). Diário da República, 1ª Série – A, de 10 de agosto, n.º 185, p. 2468 – 2469;

Decreto-Lei n.º 272/2009 (2009). Diário da República, 1ª Série, de 01 de outubro, n.º 191, p. 7079 – 7087;

Diretiva n.º 13/2011/CDF (2011). Guarda Nacional Republicana, CDF/CG, de 30 de novembro;

Lei 1/90 (1990). Diário da República, 1ª Série, de 13 de janeiro, n.º 11;

Lei 5/2007 (2007). Diário da República, 1ª Série, de 16 de janeiro, n.º 11, p. 356 – 363;

Lei 30/2004 (2004). Diário da República, 1ª Série – A, de 21 de julho, n.º 170, p. 4467 – 4478;

Lei 145/99 (1999). Diário da República, 1ª Série – A, de 01 de setembro, n.º 204, p. 6082 – 6103;

Portaria 260/98 (1998). Diário da República, 2ª Série. de 04 de março, n.º 53;

Proposta n.º16/99 (1999). Guarda Nacional Republicana, Escola Prática, Companhia de Comando e Serviços, de 08 de outubro;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002 (2002) Diário da República, 1ª Série – B, de 29 de fevereiro, n.º 50.

Livros:

CARVALHO, A. (2000). *O Apoio material à prática desportiva de alta competição da lei à realidade*. Porto: Universidade do Porto;

LIMA, T. (1981). *Alta Competição - Desporto de Dimensões Humanas?* Livros Horizonte, Lisboa.

Metodologias Científicas:

QUIVY, R & CAMPENHOUDT, L. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Grávida;

REIS, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado. Segundo Bolonha*. (2ª ed.). Lisboa. Pactor;

SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Revistas:

ADELINO, J. (1985). O Calendário de Competições e a preparação dos Atletas de Alta Competição. *Horizonte – Caderno especial*. N.º1 (maio1985), 14-15;

LIMA, T. (1985). Desporto de Alta Competição. *Horizonte – Caderno especial*. N.º1 (maio1985), 3-5;

SOARES, J. (1984). Desporto de Alta Competição: que bases? *Horizonte –*. Vol.1, n.º2 (JUL-AGO 1984), 40-41.

Apêndices

Apêndice A

Organizações Desportivas Internacionais

1.1. Desportos Olímpicos

1.1.1. Desportos/modalidades de verão

- **Aquáticos**
 - Mergulho
 - Natação
 - Natação Sincronizada
 - Polo Aquático
- **Andebol**
- **Atletismo**
- **Badminton**
- **Basquetebol**
- **Boxe**
- **Canoagem**
 - Canoagem/Caiacue Velocidade
 - Canoagem/Caiacue Slalom
- **Ciclismo**
 - Ciclismo de Estrada
 - Ciclismo de Pista
 - Ciclismo Montanha
 - BMX
- **Esgrima**
- **Futebol**
- **Ginástica**
 - Ginástica Artística
 - Ginástica Rítmica
 - Trampolim
- **Golfe**
- **Halterofilismo**
- **Hipismo**
 - Concurso completo de equitação (CCE)
 - Dressage
 - Saltos
- **Hóquei**
- **Judo**
- **Pentatlo Moderno**
- **Remo**
- **Rugby**
- **Taekwondo**
- **Ténis**
- **Ténis de Mesa**
- **Tiro**
- **Tiro com arco**
- **Triatlo**
- **Vela**
- **Voleibol**
 - Voleibol
 - Voleibol de Praia
- **Wrestling**
 - Luta Greco-Romano
 - Freestyle Wrestling

1.1.2. Desportos/modalidades de inverno

- **Duatlo**
 - Patinagem
 - Combinado
- **Bobsleigh**
 - Artística
 - Nórdico
 - Bobsleigh
 - Patinagem de
 - Freestyling Ski
 - Bobsleigh
 - Velocidade
 - Salto de Ski
 - Skeleton
 - Patinagem de
 - Snowboard
 - Velocidade em
 - Ski Alpino
 - Pista Curta
 - Ski Cross-
 - **Ski**
 - Country
- **Curling**
- **Hóquei no gelo**
- **Luge**
- **Patinagem**

(Official website of the Olympic Movement, 2012)

1.2. Desportos Reconhecidas pela COI

- Basebol
- Escalada
- Petanca
- Bridge
- Hóquei em campo
- Polo
- Bowling
- Karaté
- Raquetebol
- Cabo de guerra
- Montanhismo
- Salva vidas
- Corfebol
- Motonáutica
- Ski aquático
- Críquete
- Motociclismo
- Squash
- Desportos aéreos
- Netball
- Sumo
- Desportos de bilhar
- Orientação
- Surf
- Desportos de dança
- Patinagem sobre
- Wushu
- Desportos
- rodas
- Xadrez
- subaquáticos
- Pelota basca

1.3. Desportos e Objetivos da SportAccord

1.3.1. Desportos SportAccord

- Aikido
- Basque Pelota
- Barco Dragão

- Cães de trenó
- Damas
- Dardos
- Disco Voador
- Fistball
- Futebol Americano
- Go
- Icestocksport
- Jiu-jitsu
- Kendo
- Kickboxing
- Lançamentos
- Luge
- Mini golf
- Muaythai
- Musculação
- Pesca
- Sambo
- Savate
- Sepak takraw
- Soft Ténis

(SportAcoord - International Sports Federation, 2012)

1.3.2. Objetivos da SportAccord

- Promover o desporto em todos os níveis, como um meio de contribuir para o desenvolvimento positivo da sociedade;
- Auxiliar os seus membros no reforço da sua posição como líderes mundiais nos seus respetivos desportos;
- Desenvolver serviços específicos para os seus membros, e fornecer-lhes assistência, formação e apoio;
- Aumentar o nível de reconhecimento da SportAccord e dos seus membros pelas partes interessadas do Movimento Olímpico, bem como por outras entidades envolvidas no desporto;
- Apoiar ativamente a organização de jogos multidisciplinares através dos seus membros;
- Ser uma organização moderna, flexível, transparente e responsável;
- Organizar, pelo menos uma vez por ano, uma reunião entre todos os seus membros, e outras partes interessadas no movimento desportivo, de preferência durante a sua Assembleia Geral;
- Reconhecer incondicionalmente a autonomia dos seus membros e a sua autoridade dentro de seus respetivos desportos;
- Promover laços mais estreitos entre os seus membros, e entre os seus membros e qualquer outra organização desportiva;
- Coordenar e proteger os interesses comuns dos seus membros;

- Colaborar com organizações que tenham por objetivo a promoção do desporto numa base mundial;

- Coletar, colher e divulgar informações para e entre os seus membros.

(SportAcoord - International Sports Federation, 2012)

1.4. Desportos CISM

- Andebol
- Basquetebol
- Boxe
- Ciclismo
- Corta-Mato
- Equitação
- Esgrima
- Futebol
- Golf
- Judo
- Maratona
- Natação
- Orientação
- Paraquedismo
- Pentatlo Aeronáutico
- Pentatlo Militar
- Pentatlo Naval
- Pentatlo Moderno
- Pista de Obstáculos
- Ski
- Taekwondo
- Tiro
- Triatlo
- Vela
- Voleibol
- Wrestling

(CISM-MILSPORT, 2012)

Apêndice B

Restantes dados dos questionários e entrevistas

Tabela n.º 28 - Modalidades/Disciplinas

	Frequência	Percentagem
Atletismo		
Corta Mato	3	11,5
Estrada	1	3,8
Fundo	5	19,2
Lançamento Dardo	2	7,7
Lançamento Disco	2	7,7
Lançamento Peso	2	7,7
Meia Maratona	1	3,8
Meio Fundo	7	26,9
Triplo Salto	1	3,8
Velocidade	2	7,7
<i>Total</i>	26	100,0
Outros		
Canoagem	2	50,0
Tênis	1	25,0
Triatlo	1	25,0
<i>Total</i>	4	100,0
Futebol		
Futsal	9	100,0
Equitação		
Concurso Completo de Equitação	3	27,3
Dressage	1	9,1
Salto de Obstáculos	7	63,6
<i>Total</i>	11	100,0
Orientação		
Orientação	2	66,7
Orientação/BTT	1	33,3
<i>Total</i>	3	100,0
Artes Marciais		
Kickboxing	1	50,0
Karaté	1	50,0
<i>Total</i>	2	100,0
Tiro		
Pistola	2	100,0

Tabela n.º 29 - Centros de Estágio utilizados

	Frequência	Percentagem
Centro de Alto Rendimento do Jamor	4	18,2
Vila Real de Santo António	1	4,5
Vila Nova de Cerveira	1	4,5
Centro Nacional de Lançamentos de Leiria	1	4,5
Espanha	2	9,1
Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho	2	9,1
CMEFD	2	9,1
Ponte Vedra	1	4,5
Suíça	1	4,5
Polónia	1	4,5
Dinamarca	1	4,5
França	1	4,5
Alemanha	1	4,5
Aoteiras	1	4,5
Marinha Grande	1	4,5
Carreira de Tiro do Estádio Nacional	1	4,5
<i>Total</i>	22	100,0

Tabela n.º 30 - Participações em Campeonatos Regionais/Distritais

	Frequência
Participações	99
1.º Clas. Ind.	4
1.º Clas. Eq.	3
2º Clas. Ind.	4
2º Clas. Eq.	0
3º Clas. Ind.	4
3º Clas. Eq.	0
Compensações Governo	0
Compensações GNR	
Ajudas de custos	0
Dias mérito	0
Louvores	0
Compensações Outros	3

Quadro n.º 7 - Análise da pergunta n.º 7

P7- Refira as suas participações classificações nas competições de maior relevo.																					
	Ideias Chave																				
E1	<p>Jogos Olímpicos Atlanta 1996 5000m 27º class; Jogos Olímpicos Sidney 2000 10000m 14º class;</p> <p>Camp. do Mundo de Corta Mato Vilamoura 2000 22º class; Camp. do Mundo de Pista Atenas 1997 10000m 18º class; Camp. do Mundo de Estrada Palermo 1999 29º class;</p> <p>Camp. da Europa de Pista Helsínquia 1994 5000m 14º class; Camp. da Europa de Pista Gotemburgo 2006 10000m 12º class; Camp. da Europa de Corta Mato Alnwick 1995 14º class; Camp. da Europa de Corta Mato Malmoe 2000 12º class; Camp. da Europa de Corta Mato Thun 2001 19º class;</p> <p>Taça da Europa de Pista Dublin 1994 10000m 1.º class; Taça da Europa de Pista Basileia 1995 10000m 1.º class; Taça da Europa de Pista Lisboa 1996 3000m 1.º class; Taça da Europa de Pista Dublin 1997 5000m 1.º class; Taça da Europa de Pista Budapeste 1998 5000m 3º class; Taça da Europa de Pista Telavive 1999 3000m 1.º class; Taça da Europa de Pista Vaasa 2001 5000m 1.º class; Taça da Europa de Pista Sevilha 2002 5000m 3º class; Taça da Europa de 10000m Lisboa 2000 4º class; Taça da Europa de 10000m Atenas 2003 4º class; Taça da Europa de 10000m Antalia 2006 4º class;</p> <p>Taça dos Clubes Campeões Europeus de estrada 1994 2º class; Taça dos Clubes Campeões Europeus de estrada 1995 2º class; Taça dos Clubes Campeões Europeus de estrada 1999 2º class; Taça dos Clubes Campeões Europeus de Pista 2002 1.º class; Taça dos Clubes Campeões Europeus de Pista 2003 2º class.</p> <p>Camp. Ibero-Americano Rio de Janeiro 2000 5000m 1.º class;</p> <p>Campeonatos de Portugal de Pista:</p> <table border="0"> <tr> <td>1990 1500m 2º class;</td> <td>2000 5000m 3º class;</td> </tr> <tr> <td>1992 5000m 2º class;</td> <td>2000 10000m 1.º class;</td> </tr> <tr> <td>1993 5000m 3º class;</td> <td>2001 3000m 1.º class;</td> </tr> <tr> <td>1994 10000m 3º class;</td> <td>2001 5000m 1.º class;</td> </tr> <tr> <td>1994 5000m 2º class.</td> <td>2003 5000m 2º class;</td> </tr> <tr> <td>1995 10000m 3º class;</td> <td>2006 5000m 1.º class;</td> </tr> <tr> <td>1996 10000m 1.º class;</td> <td>2009 5000m 2º class;</td> </tr> <tr> <td>1996 5000m 1.º class;</td> <td>2010 5000m 1.º class;</td> </tr> <tr> <td>1997 5000m 1.º class;</td> <td>2012 10000m 3º class;</td> </tr> <tr> <td>1998 5000m 1.º class.</td> <td></td> </tr> </table> <p>Camp. Nac. de Corta Mato 2002 3º class; Camp. Nac. de Estrada 2009 3º class.</p>	1990 1500m 2º class ;	2000 5000m 3º class ;	1992 5000m 2º class ;	2000 10000m 1.º class ;	1993 5000m 3º class ;	2001 3000m 1.º class ;	1994 10000m 3º class ;	2001 5000m 1.º class ;	1994 5000m 2º class .	2003 5000m 2º class ;	1995 10000m 3º class ;	2006 5000m 1.º class ;	1996 10000m 1.º class ;	2009 5000m 2º class ;	1996 5000m 1.º class ;	2010 5000m 1.º class ;	1997 5000m 1.º class ;	2012 10000m 3º class ;	1998 5000m 1.º class .	
1990 1500m 2º class ;	2000 5000m 3º class ;																				
1992 5000m 2º class ;	2000 10000m 1.º class ;																				
1993 5000m 3º class ;	2001 3000m 1.º class ;																				
1994 10000m 3º class ;	2001 5000m 1.º class ;																				
1994 5000m 2º class .	2003 5000m 2º class ;																				
1995 10000m 3º class ;	2006 5000m 1.º class ;																				
1996 10000m 1.º class ;	2009 5000m 2º class ;																				
1996 5000m 1.º class ;	2010 5000m 1.º class ;																				
1997 5000m 1.º class ;	2012 10000m 3º class ;																				
1998 5000m 1.º class .																					
E2	<p>Vice-campeão do Mundo de Maratonas- 2004 Várias medalhas de bronze em Campeonatos da Europa e do Mundo ao longo dos anos. Campeão do Mundo de Maratonas-2010 Campeão da Europa-2011 68 Títulos de Campeão Nacional entre provas de velocidade, fundo e maratonas. Vários Títulos de Vice-campeão Nacional e medalhas de Bronze</p>																				

Anexos

Anexo A
Diretiva n.º 13/2011/CDF



RESERVADO

PÁGINA 1 DE 6

Exemplar ° ____ de 39 ex.
CDF/CG
LISBOA
30NOV2011
DF

DIRECTIVA Nº 13/2011/CDF

ASSUNTO: CONCESSÃO DE LICENÇA DE MÉRITO DECORRENTE DAS CLASSIFICAÇÕES OBTIDAS NA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES DESPORTIVAS E CONCESSÃO DE DISPENSA

1. SITUAÇÃO

- a. A participação dos militares e civis da Guarda em competições/campeonatos desportivos/os representa uma oportunidade singular de cada atleta ver compensado o seu esforço ao atingir os objectivos desportivos individuais e colectivos e constitui um importante veículo de projecção da imagem da GNR a nível nacional e internacional.
- b. A atribuição de incentivos individuais e colectivos, como reconhecimento do desempenho desportivo dos militares e civis, contribui decisivamente para a dinamização do espírito competitivo, estimula a motivação dos militares e civis da Guarda e o fortalecimento do moral e bem-estar.

2. FINALIDADE

Definir a tipologia das competições/campeonatos desportivos/os que permitem a atribuição de incentivos individuais e colectivos, em virtude das classificações obtidas pelos participantes, como reconhecimento do desempenho desportivo.

Definir, de forma criteriosa e equitativa a concessão de licença de mérito e dispensa decorrentes das classificações obtidas pelos militares e civis da Guarda, na participação em competições/campeonatos desportivos/os.

DIRECTIVA 13/2011/CDF

RESERVADO



3. EXECUÇÃO

a. Conceito

- (1) Manter a possibilidade de concessão de licença de mérito e dispensa a militares e civis da Guarda pela participação em competições/campeonatos desportivos/os de âmbito nacional e internacional, considerando a necessidade de existência de um adequado período de descanso e o reconhecimento do mérito desportivo obtido através das classificações alcançadas que dignifiquem a imagem da GNR.
- (2) Adotar uma metodologia na concessão de licença de mérito decorrente da participação dos militares e civis da Guarda em competições/campeonatos desportivos/os, de âmbito nacional e internacional, considerando a realidade da Guarda e da efectiva participação.

b. Campeonatos no âmbito das Forças Armadas e de Segurança, Nacionais e Internacionais

Aos militares e civis da GNR poderá ser concedida, por despacho do Exmo. TGCG, licença de mérito pelos resultados obtidos em campeonatos em conformidade com o seguinte:

(1) Classificação por equipas

- (a) Militares e Civis da GNR da Equipa classificada em 1.º lugar - 2 dias de licença;
- (b) Militares e Civis da GNR da Equipa classificada em 2.º lugar - 1 dia de licença.

(2) Classificação individual

- (a) 1.º Classificado - 3 dias de licença;
- (b) 2.º Classificado - 2 dias de licença;
- (c) 3.º Classificado - 1 dia de licença.



c. Outras Competições/Campeonatos Desportivos/os

(1) Aos militares e civis da Guarda que participem, em representação ou não da GNR, em competições/campeonatos de âmbito nacional ou internacional, não incluídas na anterior alínea b., poderá ser concedida por despacho do Exmo. TGCG licença de mérito, em conformidade com as alíneas (2) e (3) de c., sempre a título excepcional e mediante apreciação caso a caso, quando da participação dos mesmos resulte prestígio para a GNR, divulgado nos meios de comunicação social ou pública e expressamente reconhecido por Entidades Públicas ou Privadas externas, em documento a ser remetido à GNR.

(2) Classificação por equipas

(a) Militares e Civis da GNR da Equipa classificada em 1.º lugar - 2 dias de licença;

(b) Militares e Civis da GNR da Equipa classificada em 2.º lugar - 1 dia de licença.

(3) Classificação individual

(a) 1.º Classificado - 3 dias de licença;

(b) 2.º Classificado - 2 dias de licença;

(c) 3.º Classificado - 1 dia de licença.

d. Dispensa

Todos os militares e civis da Guarda participantes nas competições/campeonatos desportivos/os referidas/os na anterior alínea b. têm direito, independentemente da concessão de licença de mérito, a 2 (dois) dias de dispensa, com início imediatamente no dia seguinte ao dia do término da competição/campeonato.

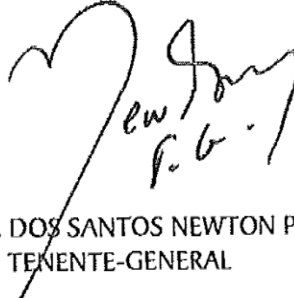
e. Instruções de Coordenação

(1) A elaboração da Proposta para concessão de licença de mérito aos militares e civis da Guarda é da responsabilidade:



- Do Chefe da Delegação - Campeonatos Nacionais no âmbito das Forças Armadas e de Segurança;
 - Do Militar ou Civil da GNR mais graduado, que integra a Delegação/Seleccção Nacional das Forças Armadas e de Segurança - Campeonatos Internacionais no âmbito das Forças Armadas e de Segurança;
 - Da UII/SS/OO onde está colocado o militar ou civil da Guarda - Outras Competições/Campeonatos desportivos.
- (2) A Proposta referida na alínea anterior é remetida ao Comando de Doutrina e Formação (CDF) no prazo de 10 (dez) dias após o último dia do evento desportivo.
- (3) Os dias de licença de mérito a conceder por classificação individual não acumulam com os da classificação por equipas que decorram do mesmo evento desportivo, observando-se o seguinte:
- (a) Para cada evento aplica-se ao militar ou civil a situação mais vantajosa,
 - (b) Em caso de igualdade do número dias previstos para a classificação individual e classificação por equipas, aplica-se a classificação individual.
- f. Em cada ano civil, a cada militar ou civil da GNR só poderá ser concedido o máximo de 10 (dez) dias de licença de mérito, nos termos da presente Directiva.
- g. A presente Directiva entra em vigor em 01JAN2012 e revoga a Directiva 19/2010/CDF de 10NOV10 do CDF/CG, bem como todas as disposições atinentes à concessão de dias de licença de mérito por participação em competições/campeonatos desportivos/os que contrariem a presente Directiva.

O COMANDANTE-GERAL DA GNR



LUÍS MANUEL DOS SANTOS NEWTON PARREIRA
TENENTE-GENERAL



Anexo B

Proposta n.º16/99 GNR (Resumo)

Grupos:

Grupo A: Militares com estatuto de alta competição reconhecidos pela Federação Portuguesa de Atletismo (FPA), ou equivalente sancionado por despacho do Exmo. TGCG.

Grupo B: Militares que integram seleções nos campeonatos mundiais de Crosse Militar ou Jogos Mundiais Militares e militares campeões nacionais das FA no respetivo escalão.

Grupo C: Militares que integram as equipas da GNR que participam nos campeonatos de atletismo de pista e campeonatos de Crosse das FA.

Grupo D: Militares que integram as equipas da Unidade que participam nos campeonatos de atletismo em pista ou campeonatos de Crosse da GNR.

Facilidades:

Grupo A: Dispensa da escala de serviço e dispensa do período da manhã para realização do treino matinal.

Grupo B: Dispensa da formatura das 08h50, devendo estar presentes no serviço até às 10h30, exceto terça ou quarta (dia à escolha) em que estão dispensados toda a manhã para efetuar um treino com condições específicas no Estádio Nacional, Universitário ou outro.

Grupo C: Duas opções, em que a primeira é serem dispensados da formatura das 08h50 e presentes ao serviço até às 09h45, ou presentes em fato de treino na formatura das 08h50 e presentes no serviço até às 10h30.

Grupo D: Dispensa da formatura e presentes no serviço até às 10h30, um mês antes da realização dos campeonatos da GNR, ou conforme proposta mais detalhada a apresentar pontualmente pela Secção de Educação Física (EF), conforme as particularidades de cada campeonato.

São condições de acesso a cada um dos grupos reunir uma das seguintes condições:

Grupo A: Constar da relação de alta competição da FPA;

 Ser designado por despacho do Exmo. TGCG;

 Ser medalhado nos campeonatos Mundiais do CISM.

Grupo B: Militares campeões nacionais das FA individualmente no respetivo escalão.

Militares que no ano anterior tenham integrado seleções nacionais militares presentes nos campeonatos militares do CISM, ou jogos mundiais militares;

Grupo C: Militares que no ano anterior tenham integrado a seleção da Guarda nos campeonatos das FA.

Grupo D: Militares propostos pela Secção de EF.

Permanência nos grupos:

O início de permanência de cada ano começa a dia 1 de outubro de cada ano.

Uma vez integrado num dos grupos os militares têm uma permanência mínima de dois anos.

Se no decorrer desses dois anos não forem cumpridos os critérios de permanência do grupo o militar será colocado no grupo imediatamente inferior.

Situações excecionais:

A Secção de EF poderá excecionalmente apresentar proposta fundamentada para integração de militares nos grupos B, C e D.

Anexo C

Acordo Quadro de 8 de abril de 2003 (França)

MÉMORIAL DE LA GENDARMERIE

CLASS. : 33.11

DIFF. : Cie - Esc.

ACCORD-CADRE du 8 avril 2003

entre le ministre de la défense et le ministre des sports pour le développement de la pratique sportive de haut niveau et le sport de masse au sein des armées.

(NOR : DEFM0351350X - BO du 07-07-2003, p. 4642)

- RÉFÉRENCES : - [Loi n° 72-662 du 13 juillet 1972](#) (BOC/ SC, p. 784, BOC/G, p. 1001 ; BOEM 300* - CLASS. : 91.03) modifiée.
- [Loi n° 84-16 du 11 janvier 1984](#) (BOC, p. 208 ; BOEM 350*) modifiée.
- [Loi n° 84-610 du 16 juillet 1984](#) (BOC, p. 2373; BOEM 500* - CLASS. : 51.12) modifiée.
- Décret n° 74-338 du 22 avril 1974 (BOC, p. 901 ; BOEM 300* - CLASS. : 91.03) modifié.
- Décret n° 85-986 du 16 septembre 1985 (BOC, p. 5939 ; BOEM 350*) modifié.
- Arrêté interministériel du 17 décembre 1992 (BOC, 1993, p. 1673 ; BOEM 683*).
- Instruction n° 17459/DEF/CAB du 24 juillet 2001 (BOC, p. 4700 ; BOEM 110*).
- TEXTES ABROGÉS : - Accord-cadre du 14 janvier 1982 (BOC, p. 270 ; BOEM 683*).
- Art. 3 du protocole d'accord et article 3 du modèle de convention du 14 janvier 1982 (BOC, p. 265 ; BOEM 683*).
- Convention interministérielle du 25 novembre 1985 (n.i. BO).
- Protocole d'accord du 31 mars 2001 (BOC, p. 2404 ; BOEM 683*).
- Protocole d'accord du 27 avril 2001 (BOC, p. 2559 ; BOEM 683*).

Le ministre de la défense et le ministre des sports s'engagent à mettre en commun, dans leurs domaines respectifs, les moyens nécessaires à la mise en place de structures spécifiques pour la pratique sportive de haut niveau et pour le développement du sport de masse dans le cadre des relations armées-nation, et plus spécifiquement de l'intégration des armées au sein du milieu civil.

A cet effet, les ministres sont convenus des mesures suivantes :

1. - POUR LA PRATIQUE SPORTIVE DE HAUT NIVEAU

1.1. - Par les mesures administratives appropriées, le ministère de la défense réservera 80 (quatre-vingts) postes au bénéfice des militaires pour la pratique sportive de haut niveau, et réservera 10 (dix) postes au profit d'agents civils dans le cadre de l'insertion professionnelle des sportifs de haut niveau.

Les 80 (quatre-vingts) postes réservés au personnel militaire seront répartis dans les armées et la gendarmerie nationale au prorata de leurs effectifs respectifs. L'armée de terre y consacrerait 37 (trente-sept) postes, l'armée de l'air 15 (quinze) postes, la marine 10 (dix) postes, et la gendarmerie nationale 18 (dix-huit) postes.

Ces postes seront affectés à la constitution d'équipes de France militaires placées sous la responsabilité de l'armée de terre pour l'équitation, le ski et le triathlon, de l'armée de l'air pour les sports aériens, de la marine pour la voile, et de la gendarmerie nationale pour le tir. La prise en charge de chacune des équipes par une seule armée ou la gendarmerie nationale n'exclura pas la possibilité d'y intégrer un ou plusieurs sportif(s) d'une autre armée ou de la gendarmerie nationale. Ces équipes seront mises à la disposition du commissaire aux sports militaires, chef de la délégation française, lors des rencontres militaires internationales [conseil international du sport militaire (CISM), échanges bilatéraux].

La politique sportive sera annuellement définie pour chacune des disciplines retenues, lors d'une réunion présidée par le commissaire aux sports militaires et comprenant :

- un représentant du ministre chargé des sports ;
- un représentant du comité national olympique et sportif français (CNOSF) ;
- le président ou le directeur technique national de la fédération concernée ;
- le représentant de l'armée concernée ou de la gendarmerie nationale.

Les 10 postes d'agents civils ouverts seront déterminés en collaboration par le ministère de la défense et le ministère des sports, au cas par cas.

1.2. - Dans le respect des textes susvisés, les modalités de gestion notamment le suivi administratif des sportifs militaires, en respect des principes édictés par un protocole d'accord pris en application du présent accord-cadre et conclu entre le ministre de la défense et le ministre des sports, seront systématiquement précisées pour chacune des disciplines dans une convention établie entre la fédération sportive concernée, l'armée d'appartenance ou la gendarmerie nationale et le commissariat aux sports militaires.

Les modalités de gestion notamment le suivi administratif des sportifs agents civils feront l'objet de conventions particulières établies entre le ministère de la défense, le ministère des sports et l'agent concerné.

2. - POUR LE SPORT DE MASSE

La contribution des armées et de la gendarmerie nationale au développement de l'activité physique et sportive locale, grâce notamment aux échanges de prestations entre les associations sportives des fédérations délégataires et affinitaires et les formations militaires, constitue un facteur très positif de rapprochement de la population civile et du milieu militaire.

2.1. - Mise à disposition d'infrastructures et de matériels sportifs militaires sous certaines conditions

Le coût élevé des équipements sportifs conditionne le plein emploi des installations et des matériels et impose leur utilisation rationnelle au sein des armées.

Dans le cadre des dispositions du code du domaine de l'État, les équipements sportifs militaires pourront être ainsi mis à la disposition des personnes morales, publiques ou privées, après signature de conventions locales telles que prévues par le protocole d'accord du 14 janvier 1982 entre le ministre de la défense et le ministre chargé des sports, relatif aux prestations fournies par les armées pour la pratique d'activités sportives, et conformes au modèle de convention concernant l'utilisation d'installations et d'équipements sportifs des armées par des personnes morales, publiques ou privées.

2.2. - Les relations armées jeunesse

La définition de la politique de la pratique sportive pour le plus grand nombre relève des études consultatives menées par la commission « armées-jeunesse » dans le cadre de sa mission de concrétisation de l'esprit de défense par une meilleure insertion de l'armée dans la nation.

Ces études justifient :

- au niveau local, sur l'initiative des formations militaires ou des associations à caractère sportif, l'organisation décentralisée d'activités communes ;
- au niveau national, l'organisation d'une journée « sport-armée jeunesse ».

3. ENTRÉE EN VIGUEUR ET PUBLICITÉ

Les dispositions du présent accord-cadre prennent effet à compter du 1^{er} septembre 2002.

Le présent accord-cadre sera publié au *Bulletin officiel* du ministère de la défense et au *Bulletin officiel* du ministère des sports.

4. TEXTES ABROGÉS

Cet accord-cadre abroge :

- l'accord-cadre du 14 janvier 1982 conclu entre le ministre de la défense et le ministre délégué auprès du ministre du temps libre chargé de la jeunesse et des sports pour l'amélioration des structures spécifiques mises en place pour les sportifs de haut niveau au sein des armées et pour la collaboration afin de développer la pratique sportive de masse ;
- l'article 3 du protocole d'accord du 14 janvier 1982 conclu entre le ministre de la défense et le ministre délégué auprès du ministre du temps libre chargé de la jeunesse et des sports relatif aux prestations fournies par les armées pour la pratique d'activités sportives, ainsi que l'article 3 du modèle de convention joint en annexe de ce protocole d'accord, concernant l'utilisation d'installations et d'équipements sportifs des armées par des personnes morales publiques ou privées ;
- la convention interministérielle du 25 novembre 1985 en faveur du sport ;
- le protocole d'accord du 31 mars 2001 entre le ministère de la défense et le ministère de la jeunesse et des sports ;
- le protocole d'accord du 27 avril 2001 entre le ministère de la défense et le ministère de la jeunesse et des sports.

Fait à Fontainebleau, le 8 avril 2003.

La ministre de la défense,
MICHELE ALLIOT-MARIE.

Le ministre des sports,
JEAN-FRANÇOIS LAMOUR.

Anexo D

Resposta por e-mail dos oficiais Carabiniere

Comando Generale dell'Arma dei Carabiniere
S.M. – Ufficio Cerimoniale

Il Capo Ufficio

Roma, 16 luglio 2012

Gentile signore,

*Le invio il materiale informativo relativo al
Centro Sportivo dell'Arma dei Carabiniere, utile al completamento della Sua
tesi di master.*

L'occasione mi è gradita per farLe pervenire

cordiali saluti

(Col. t.ISSMI Pietro Oresta)

Al. Pietro Oresta

Sig.
Bruno MARQUES

e-mail: marques.brm@gnr.pt



Comando Generale dell'Arma dei Carabinieri
I Reparto - SM - Ufficio Ordinamento

CENTRO SPORTIVO CARABINIERI
Cenni storici, attività, assetti e dipendenze

Il 26 ottobre 2009, per assicurare la gestione unitaria del settore sportivo e per meglio coordinare le attività espletate dalle Sezioni Sportive, distribuite sul territorio nazionale, si è proceduto all'istituzione del "Centro Sportivo Carabinieri", con sede in Roma, previa riconfigurazione del preesistente Distaccamento Atleti in vera e propria unità organica, avente alle dirette dipendenze dieci Sezioni sportive.

Il Centro Sportivo Carabinieri, posto gerarchicamente alle dirette dipendenze del Comando delle Scuole dell'Arma dei Carabinieri, si prefigge lo scopo di formare atleti in grado di eccellere nelle competizioni a livello internazionale, oltre che quello di incentivare e favorire, in un quadro unitario, la pratica sportiva amatoriale del personale dell'Arma e dei propri familiari. In particolare, le attività del reparto sono rivolte a:

- l'esercizio, la diffusione e la propaganda delle discipline olimpiche ovvero degli sport che abbiano attinenza con il servizio d'istituto;
- la formazione ed il perfezionamento degli atleti e dei tecnici nella varie specialità;
- la promozione dell'immagine dell'Istituzione attraverso i risultati sportivi e il mantenimento dei contatti con gli organi di informazione sportiva (d'intesa con i competenti Uffici del Comando Generale);
- l'organizzazione e la partecipazione alle gare.

Attualmente si compone di circa 200 unità, suddivise in 10 Sezioni Sportive: Judo, Taekwondo, Scherma, Pentathlon moderno e Triathlon, Tiro a segno e Tiro a volo, Equitazione, Nuoto, Atletica, Paracadutismo sportivo e Sport invernali; queste ultime due, a far data dal 9 maggio 2011 sono state poste alle dipendenze dirette rispettivamente del 1° Reggimento Carabinieri paracadutisti "Tuscania" e del Centro Carabinieri Addestramento Alpino, al fine di ottimizzarne le potenzialità secondo criteri di natura meramente tecnica e ambientale.

CENTRO SPORTIVO CARABINIERI

Il Centro Sportivo Carabinieri è stato fondato nel 1964 e da allora sono stati moltissimi gli atleti che con i loro successi, in campo nazionale ed internazionale, hanno portato lustro e prestigio all'Istituzione e più in generale allo sport italiano.

Il Centro Sportivo Carabinieri ha il compito di coordinare, dirigere e sostenere tutte le attività svolte nel settore con il fine di promuovere l'immagine dell'Arma attraverso i risultati dei carabinieri-atleti, tutti di elevato profilo qualitativo e nella maggior parte dei casi inseriti nelle rappresentative nazionali delle varie discipline.

Il reclutamento degli atleti avviene tramite pubblico concorso per titoli, fatta eccezione per la Sezione Sportiva di Paracadutismo che segue altro iter, con la valutazione dei risultati sportivi conseguiti dal candidato.

L'iter formativo per i vincitori del concorso inizia con lo specifico corso formativo che permette di acquisire le competenze indispensabili all'assolvimento dei compiti militari e di polizia. Al termine del corso, i carabinieri-atleti vengono immessi nell'organico della Sezione Sportiva di riferimento per la disciplina praticata.

Ogni Sezione Sportiva è affiliata alla Federazione Nazionale d'appartenenza come società sportiva.

Numerosi impianti ed attrezzature ginnico-sportive permettono all'Arma di contribuire fattivamente ad incrementare e sostenere lo sport su base nazionale; insieme agli altri Corpi dello Stato, il Centro Sportivo Carabinieri, con i suoi atleti, assolve inoltre la delicata funzione di far proseguire l'attività agonistica ad elementi di rilievo nazionale ed internazionale fornendo indispensabile e sicuro sostegno logistico, economico ed organizzativo, altrimenti difficilmente riscontrabile presso le società civili o le Federazioni Sportive Nazionali.

Il contributo del Centro Sportivo Carabinieri allo sport nazionale, particolarmente significativo, viene riconosciuto anche a livello organizzativo e funzionale attraverso un'importante convenzione tra il Ministero della Difesa ed il CONI che regola i rapporti con le Federazioni Sportive ed il CONI stesso; l'accordo prevede che i Corpi dello Stato, compreso il Centro Sportivo Carabinieri, mettano a disposizione delle Federazioni i propri atleti e tecnici per le composizioni delle squadre nazionali. Il CONI da parte sua contribuisce, quale controprestazione, alla realizzazione di infrastrutture sportive militari.

Le relazioni tra il Centro Sportivo Carabinieri ed il CONI, transitano tramite l'Ufficio di collegamento Forze Armate/CONI dello Stato Maggiore Difesa, organo preposto a coordinare tutte le attività riguardanti i corpi sportivi militari ed il CONI.